



Anais da Assembléia

Nº 08

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kieise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 10:** Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edgar Bueno e Doutor Rosinha.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O

Sob o nº 012/96, do Senhor ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelos Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Florisvaldo Fier e Péricles de Holleben Mello, que pedem esclarecimentos sobre "Despesas da Universidade Estadual de Maringá - UEM". Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.

Sob o nº 2304/95, do Senhor ARMANDO RAGGIO, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Convênios e/ou Contratos Assinados entre a SESA/ISEP e o Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1524/95, do Senhor FERNANDO RIBAS CARLI, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romaneli ao Senhor Governador do Estado, pedindo esclarecimentos sobre matéria do Jornal "Agora Paraná", do dia 27 de setembro, que trata de aposentadorias em número de cem, com valor médio de cem mil reais. Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 019/96, do Senhor JAIME TADEU LECHINSKI Secretário de Estado da Comunicação Social, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre "Verba Orçamentária existente no ano de 1995". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1607/95, do Senhor FERNANDO RIBAS CARLI - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Números de Funcionários Efetivos e Terceirizados da COPEL". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 1925/95, do Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Previsão Para Asfaltamento da Rodovia que liga Marialva a Santa Fé do Pirapó". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1636/95, do Senhor FERNANDO RIBAS CARLI - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre "Disponibilidade Financeira do Estado com a venda de Ações da TELEPAR e aos gastos com a construção da Ferroeste e da Rodovia BR-376". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Ofício nº 011/96

Curitiba, 04 de março de 1996.
Senhor Presidente.

Vimos por intermédio do presente informar, com base nos parágrafos 2º e 3º do

Art. 10 do Regimento Interno, que a partir de 29 de Fevereiro de 1996 o Deputado Irineu Mário Colombo assume a Liderança do Partido dos Trabalhadores, substituindo o Deputado Ângelo Vanhoni. Informamos ainda que para a vice-Liderança do Partido foram eleitos os Deputados Emerson Nerone e Dr. Rosinha.

Sem mais, apresentamos nossos sentimentos de apreço.

(aa) ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES DE MELLO
IRINEU COLOMBO
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica que o Deputado Toti Colaço, foi eleito como Líder do PMDB, para o ano de 1996.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 046/95.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(aa) IRONDI PUGLIESI
JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições n°s 036/95 e 09/96, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(aa) ORLANDO PESSUTI
NEREU MOURA
MILTINHO PUPPIO
EDNO GUIMARÃES
EDSON SILVA LINO
TOTI COLAÇO
BASÍLIO ZANUSSO
WALMOR TRENTINI

VALDIR ROSSONI
ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Leonardo Abagge, ocorrido no último dia 4 do corrente.

Leonardo Abagge nasceu nesta Capital em 10.09.1919 e desde cedo direcionou suas atitudes para a carreira jurídica, a qual o qualificou pela sua honestidade. Formado em Direito pela UFPR, tornou-se um brilhante jurista atuando como Juiz do Trabalho e ocupando os cargos de Presidente do Tribunal do Trabalho - 9ª Região, e Presidente do Rotary Club. Na área jurídica, foi Professor na Faculdade de Direito de Curitiba e PUC, onde seus alunos o consideravam um brilhante jurista e excepcional juiz. Atualmente estava aposentado e morreu aos 76 anos deixando viúva a Sra. Rinete Teixeira Abagge, e os filhos Leonardo Abagge Filho, Carmem Lúcia Abagge Santiago, Luiz Antonio Abagge e Sílvia Maria Abagge.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1º, III, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações ao Dr. Cláudio Golembe, eleito presidente da AMUNPAR ocorrido no último dia 02, para o ano de 1996.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata de votos de congratulações ao Dr. Cláudio Golembe reeleito Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, no último dia 02, para o ano de 1996, se faz necessária, posto que demonstra a importância que a Associação representa para nós, bem como a reeleição do Senhor Presidente.

Abrange ela, 29 municípios na qual a principal atividade é a agricultura.

A Entidade será muito bem representada pelo Presidente Dr. Cláudio Golembe, como foi na gestão anterior que soube desempenhar com êxito, dedicação e trabalho, este mister.

Homem sério, honesto e trabalhador, assim é o Dr. Cláudio Golembe, defensor incontestado dos 29 municípios da Microrregião da AMUNPAR.

Honra-nos tê-lo à frente desta Entidade, na qual se discute e reivindica as prioridades para a Região Noroeste, tão esquecida pelos governos anteriores.

Por isso, pedimos a inserção em Ata do Poder Legislativo Estadual, votos de congratulações pela reeleição do Dr. Cláudio Golemba, para a Presidência da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, Microrregião 10, para 1996.

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de congratulações ao Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Agricultura, pelo anúncio, em matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo" de 29 de fevereiro de 1996, do lançamento de um programa de qualidade total, voltado para a área agrícola e que tem por objetivo reduzir as perdas no setor.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Como as perdas no setor agrícola do país no ano de 1995 chegaram a R\$ 2 bilhões e 300 milhões, estudou-se um programa para evitar que o mesmo quadro se repetisse. Assim, o Ministério da Agricultura lança o programa de qualidade total, que tem por objetivo aumentar os índices de produtividade e rentabilidade no campo e conquistar novos mercados para a produção do país, que poderá dobrar a área plantada dentro de 02 anos.

Um dos principais pontos do programa anunciado pelo Ministro da Agricultura é a substituição gradativa do transporte rodoviário pelo transporte conjugado, através de hidrovias e ferrovias - o chamado sistema intermodal de transporte - uma proposta que o Ministro considera inovadora e barata.

O programa também prevê a modernização das normas de padronização e classificação dos produtos agrícolas, introduzindo padrões internacionais à produção brasileira, para melhor aceitação no mercado externo.

REQUERIMENTO N° 169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Diretor Geral do DER, Luiz Alberto Kuster, solicitando a construção de um Trevo Rotatório, na PR-082, no acesso ao Município de Indianópolis.

polis.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pleito, tendo em vista que a referida rotatória irá em muito facilitar o acesso de veículos que circulam pela Rodovia PR-082, notadamente no sentido Rondon/Indianópolis. Vale destacar que naquele local nenhum acesso sinalizado fora construído pelo DER, e assim essa negligência tem causado inúmeros acidentes com vítimas fatais.

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações sobre o atendimento médico aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE:

- Qual a razão da diminuição dos laboratórios e hospitais credenciados para o atendimento dos segurados?
- Qual a razão pela diminuição dos remédios disponíveis nas farmácias do Instituto?
- Quanto esse Instituto deveria ter recebido de repasse do Estado em 1995? Quanto recebeu?

Sala das Sessões, em 04.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em contato com servidores do Estado temos recebido inúmeras reclamações sobre o atendimento do IPE, principalmente a diminuição dos medicamentos nas farmácias, diminuição dos hospitais e laboratórios credenciados, inclusive o Hospital Erasto Gaertner, causando grave apreensão e problemas para os segurados.

Temos informações, inclusive da imprensa, que tais problemas estão sendo causados pela falta de repasse dos recursos financeiros devidos pelo Estado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE, o que tem ocasionado atraso nos pagamentos dos serviços prestados aos segurados e conseqüentemente, a cessação dos atendimentos.

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI N° 038/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Todos os veículos utilizados para transporte de estudantes terão seu visual padronizado em todo o Estado do Pa-

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação, no prazo máximo de 120 dias, contados a partir da publicação desta lei no Diário Oficial, criará um grupo especial para ouvir dirigentes de escola, representantes de pais e alunos e de outros segmentos interessados, para definir o padrão a ser adotado na pintura desses veículos.

Art. 3º - O veículo que trafegar fora dessas normas será apreendido pelas autoridades competentes e somente será liberado após seu proprietário pagar multa de 603,35 UFIR's.

Art. 4º - A padronização a que se refere o art. 1º será obrigatória a partir do dia 1º de fevereiro de 1997, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

É sabido por uma boa parte da opinião pública brasileira que nos países de primeiro mundo é adotado, há muitos anos, a padronização de cores dos veículos que operam como o transporte de escolares. Imagens mostradas rotineiramente pela televisão dão a nós ampla facilidade de identificar, mesmo à distância, qual o tipo de trabalho que realizam alguns veículos que aparecem na tela. Não é preciso legenda. Muitos brasileiros que nunca foram ao exterior já conseguem identificar quando são veículos próprios para transportar escolares. Essa identificação aumenta sensivelmente a segurança das crianças e até dos adultos que utilizam esse meio de transporte. A expectativa que, também no Paraná, essa padronização de peruas, ônibus e outros veículos normalmente usados no transporte de escolares venha trazer maior segurança para seus ocupantes.

PROJETO DE LEI Nº 039/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Revoga em sua íntegra, a Lei nº 11.223, de 13 de dezembro de 1995, que proíbe vender ou servir bebidas com qualquer teor alcoólico nos estabelecimentos situados às margens das rodovias estaduais e federais situadas em todo território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A Lei nº 11.223/95, de que trata o "caput" deste artigo, torna-se inconstitucional, visto legislar sobre as rodovias federais, e também sobre os estabelecimentos situados nas zonas urbanas dos diversos municípios que são cor-

tados por estradas oficiais, e estão sujeitos às legislações municipais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 11.223/95, que versa sobre a proibição da venda de bebidas com qualquer teor alcoólico nos estabelecimentos situados às margens das rodovias estaduais e federais em todo o território do Estado do Paraná, talvez não tenha sido por má intenção do Parlamentar autor do projeto de lei que tramitou neste Poder Legislativo, e também dos Senhores Parlamentares que deram seus pareceres como relatores nas diversas Comissões desta Casa de Leis, mas deixaram de analisar diversos fatores que tornaram a lei viciosa, dando favorecimentos a uma parte do comércio, e prejudicando outra parte do mesmo.

Os estabelecimentos comerciais situados às margens das rodovias estaduais e federais, como por exemplo restaurantes, lanchonetes e churrascarias, e que estão fora do perímetro urbano dos municípios, serão prejudicados com a proibição contida no texto da referida lei, enquanto que os estabelecimentos situados às margens das rodovias, mas dentro do perímetro urbano dos municípios, serão favorecidos principalmente os pequenos bares que vivem exclusivamente da venda de bebidas alcoólicas, pois os motoristas passarão a estacionar seus veículos nesses estabelecimentos, que em sua maioria não possuem as mínimas condições de higiene, pondo em risco a saúde desses profissionais, ou ainda, desviarão suas rotas para os pequenos lugarejos, simplesmente pelo fato de não terem acesso direto às rodovias, e sim em ruas urbanas desses pequenos lugarejos ou vilas, e, é aí que está o maior risco, pois afastados das rodovias e longe da fiscalização, esses motoristas, se estiverem mal intencionados, irão ingerir uma quantidade maior de bebida alcoólica, e ao retornarem às pistas, poderão com maiores facilidades, provocar acidentes fatais.

A proibição nas vendas de bebidas alcoólicas nos restaurantes, lanchonetes e churrascarias situadas à beira das rodovias, não vai evitar o consumo do mesmo, por vários fatores, como por exemplo: existem pequenos estabelecimentos em beira das rodovias (barracas e quiosques) tanto federais quanto estaduais, que fazem a venda de bebidas alcoólicas clandestinamente, pois estes estabelecimentos nem sequer possuem autorizações do DNER e DER, para que os veículos tenham acesso legal (estacionem) nos seus estabelecimentos.

A maioria das rodovias oficiais, tanto federais como estaduais, passam no meio ou beirando às pequenas e grandes cidades de nosso Estado, e onde a poucos metros encontram-se estabelecimentos como bares, lanchonetes, churrascarias, mercearias, e até mesmo boates que estariam liberados para a venda de bebidas alcoólicas, simplesmente por não terem acesso direto às rodovias oficiais, e sim em ruas localizadas na zona urbana das referidas cidades.

Dentre muitos casos, podemos citar como exemplo, a cidade de Ponta Grossa, onde a poucos metros da margem ou à beira da pista de uma das rodovias mais movimentadas do Estado do Paraná, estariam situadas as tais lanchonetes, bares, restaurantes, churrascarias e mercearias, onde a lei não iria atuar, mas penalizará os demais estabelecimentos localizados nos postos de gasolina, a pouca distância, mas que já encontram-se fora do perímetro urbano dessas cidades.

Segundo estudos feitos, a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos restaurantes, lanchonetes e churrascarias localizadas às margens das rodovias, não irá acabar com o consumo da bebida alcoólica por parte dos motoristas. Existem medidas que poderiam ser tomadas tanto por parte da Polícia Rodoviária Federal, como a Estadual, ou seja a utilização do bafômetro por essas corporações policiais, e uma atuação mais rigorosa contra o motorista que for autuado em flagrante por estar alcoolizado, como a apreensão da carteira de habilitação no ato. E também que se desenvolvesse uma campanha mais intensiva de orientação tanto para os motoristas, como para a população, como acontece com a campanha desenvolvida para o uso do cinto de segurança e dos males que o fumo provoca a saúde, com o objetivo de orientar os motoristas, a população, e principalmente os jovens do risco de vida que correm, visto que o alcoolismo hoje é considerado pela Organização Mundial da Saúde - OMS, como uma doença incurável, que ataca o ser humano, prejudicando a saúde tanto física como mentalmente, e não será a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos localizados à beira das rodovias e de mais fácil acesso, que irá evitar o consumo.

A proibição, da forma como está contida no texto da Lei nº 11.223/95, afetará de uma maneira geral toda a população, pois no caso de passageiros de ônibus e viajantes que não estarão dirigindo, também serão atingidos pela lei, e terão que se submeter também às suas regulamentações.

Lei quase idêntica a essa foi sancionada pelo Governo do Estado de São Paulo, e pelos motivos expostos acima, até hoje

não foi possível fazer com que a mesma fosse cumprida, e os estabelecimentos situados às margens das rodovias continuam comercializando normalmente, principalmente porque o Governo do Estado não pode tomar nenhuma medida proibitiva nas rodovias federais, por elas estarem subordinadas ao DNER, além de prejudicar os demais estabelecimentos situados à beira das rodovias e prejudicando sensivelmente o movimento dos postos de gasolina estabelecidos na beira das estradas.

Sendo assim, a revogação da Lei nº 11.223/95, de 13 de dezembro de 1995, deixará de prejudicar uma grande parcela de comerciantes, que têm cumprido religiosamente com suas obrigações, pagando seus impostos, contribuindo com o engrandecimento do Estado do Paraná, e que na sua maioria são pioneiros e muito fizeram pelo desenvolvimento de suas regiões, e não podem de forma alguma, pagar com o preço de uma proibição, os erros praticados por pessoas irresponsáveis, e que às vezes quando iniciam uma viagem já estão embriagados. Essas pessoas, que sempre demonstram irresponsabilidade, se não encontrarem a bebida nos estabelecimentos de beira de estrada, irão adquiri-las em bares, restaurantes, lanchonetes ou mercearias localizadas nos pequenos lugarejos, vilas ou nas cidades, ou trarão a bebida no porta-luvas ou embaixo do assento de seu veículo.

A Lei nº 4.855, de 27 de novembro de 1988, sancionada pelo Governo do Estado de São Paulo, foi tão vaga em seu contexto, que os parlamentares daquele estado, por não verem fundamento, e que a mesma não trouxe nenhum benefício, conseguiram derubá-la, para que os comerciantes possam trabalhar tranquilamente, sem serem cerceados de seus direitos.

PROJETO DE LEI Nº 040/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó Margarida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Idoso Vovó Margarida, fundada em 22 de novembro de 1967, é uma entidade que tem por finalidade, entre outras, amparar os idosos de ambos os sexos com mais de 50 anos que necessitem de assistência alimentar, higiênica, lazer, médica e hospitalar.

Atualmente atende cerca de 270 idosos

carentes com alimentação, trabalhos manuais, lazer, etc.

Desde 17 de março de 1993 é considerada de Utilidade Pública pela Câmara de Ponta Grossa, conforme Lei n° 4874.

PROJETO DE LEI N° 041/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Preservação da Cultura Cigana, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Preservação da Cultura Cigana é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo zelar pelos interesses coletivos, morais, culturais e materiais do povo cigano, bem como desenvolver e fazer uma ampla difusão da cultura cigana.

Isto posto, esperamos contar com o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI N° 042/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o Sindicato Rural de Rio Azul, com sede à rua XV de Novembro, n° 120, Município de Rio Azul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Rio Azul, foi constituído para fins de estudos, coordenação, defesa e representação legal da categoria econômica dos ramos da agropecuária e extrativismo rural, inspirando-se na solidariedade social e na economia de mercado.

Pretende tal sindicato defender os interesses dos empregados rurais, elevar os índices de produtividade da atividade rural, elevar o bem-estar sócio-cultural dos produtores rurais e manter serviços úteis aos associados.

PROJETO DE LEI N° 043/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção foi instituída a 22 de junho de 1994 pelas mães de CEPEDAPE (Centro de Pesquisa Diagnóstico Avaliação e Prevenção de Excepcionalidade), sob a denominação AMCEPE (Associação de Mães do CEPEDAPE) passando, a partir de 05.12.95, denominar-se Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção.

A AMCEPE tem por finalidade a reabilitação e educação de pessoas portadoras de deficiências; a prevenção de deficiências através da detecção e intervenção precoce; a criação de programas que se tornem oportunos e necessários para aprimorar as suas propostas assistenciais complementares; promoção e realização de eventos para aperfeiçoamento técnico de profissionais; a edição e divulgação de publicações referentes aos trabalhos e projetos realizados; angariar donativos, bens e valores para a instituição de fundo, bem como aferir receitas provenientes de comercialização de produtos e serviços para a comunidade, por convênios e órgãos públicos, por cooperativas formadas dentre os seus sócios e pessoas da comunidade desde que devidamente autorizada pelo Conselho Deliberativo, sendo seus resultados financeiros aplicados para atingir suas finalidades.

PROJETO DE LEI N° 044/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Promoção Humana e Evangelização Padre Ladislau Maibuk" - APHELM, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1977, e presta assistência à população que reside às margens do rio Iguaçu, na região próxima ao Bairro São Bernardo, um dos mais populosos de União da Vitória.

O trabalho desenvolvido por esta asso-

ciação, está diretamente ligado ao reforço escolar, atividades recreativas, evangelização, distribuição de alimentos, roupas e medicamentos. Além das quase 200 crianças atendidas diretamente, este trabalho também é estendido às famílias.

É desejo da entidade, ampliar suas atividades, com a implantação de cursos profissionalizantes, como datilografia, artesanato, sapateiro e horticultura, bem como de cozinha alternativa direcionado às mães.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subindo a tribuna desta Casa de Leis, queria aqui dizer de mais um fato que nós lamentamos muito. E que ao longo dos anos, nós vamos sempre vendo a mesma coisa, são os escândalos da mandioca, são os escândalos do Banco Nacional, do Banco Econômico, é o escândalo da Previdência, é o escândalo do FGTS. E nós ao longo dos anos temos observado uma coisa, e um dia quando fui Prefeito, fiz uma solicitação, dizendo: Que os recursos que são liberados, pelo Governo Federal, através do FNDE às escolas particulares, não só do Estado do Paraná, mas do Brasil, sejam direcionados às Prefeituras Municipais, para que as Prefeituras Municipais verifiquem se essas escolas estão em dia, ou se elas existem!

E nós estamos aí novamente, vendo todo ano, e vemos hoje novamente no "Jornal do Estado", um escândalo lá no Rio de Janeiro, mais de 2 bilhões de dólares novamente, aonde o FGTS, liberou verbas para escolas que não existiam. Pergunto: Srs. Deputados, até quando o povo brasileiro vai agüentar essas safadices que estão acontecendo?

Quanto àquelas escolas, nós temos observado, principalmente, no Estado do Paraná, que quando as crianças carentes, um estudante precisa de uma 4ª série, uma bolsa de estudos não existe, não tem. E vemos mais uma vez, por ano, se repetindo em 1995, um escândalo só em 14 escolas no Rio de Janeiro, Srs. Deputados, 14 escolas que nem existem, 3.429 bolsas novamente fraudadas, Sr. Presidente.

Ora, não existem as Prefeituras Municipais em cada cidade? O Sr. Prefeito, para saber se essa escola existe ou não?

Acho que bolsas de estudos deveriam ser direcionadas, mas com comando das Pre-

feitorias Municipais, para fazer o levantamento nas escolas, se as pessoas são carentes, se estão entregando ou não. Mas, não é pegar dinheiro, que nós vemos aí diretamente, dinheiro do povo, um povo que está passando a maior miséria da história deste Brasil.

E nós vemos sendo roubadas, fraudadas essas bolsas de estudos. Mas, até quando? Até quando que este povo, até quando que nós vamos agüentar isso, Srs., Deputados? Até quando pergunto? Temos visto aí tantas coisas acontecerem e continuam acontecendo. Ontem nós vimos o pronunciamento, do Deputado Belinati, a respeito do Banco Nacional, aonde um escândalo de 11 bilhões de dólares.

Será que está escrito em nossa testa, que todos nós somos burros? Será que este País, não vai consertar? Será que nós os representantes, lá em cima tem que acordar, e ser feito a verdadeira fiscalização?

O povo brasileiro não agüenta mais, Sr. Presidente, e cada vez que subo a esta tribuna, eu vejo das coisas que acontecem no nosso interior, os descasos, principalmente, agora, com os nossos agricultores. Não existe um incentivo para que eles produzam, para que eles plantem. Não adianta nada ficar fazendo média, que não existe inflação, que a cesta básica está barata. Mas deve-se dizer a cesta básica está barata por quê? Por que o agricultor aqui no nosso interior está sofrendo e nós ao invés de produzirmos mais, nós estamos cada ano baixando a nossa produção e temos que importar alimentos de fora para um Brasil tão rico, igual é este Brasil.

Pergunto agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aonde está hoje a conversa da dívida externa deste País? Aonde estão aquelas palavras de campanha de 1982, quando só se pregavam que nós estávamos vendidos à dívida externa do País. Mas a dívida do País não se paga com dinheiro nosso. Não adianta um deputado chegar aqui e dar mil reais; o agricultor dar mais quinhentos; o trabalhador dar mais cinco salários. Não é paga com dinheiro nosso. A dívida externa se paga pela balança de pagamento, pelo "superávit" e pelo "déficit".

Ora se nós importarmos mais, nós teremos um "déficit". Se nós exportarmos, se nós produzirmos - e que o Governo Federal tenha que dar o apoio para quem gera o emprego, para quem produz, para que nós tenhamos mais exportação - e assim nós vamos ter um "superávit".

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que as devidas providências sejam tomadas, porque realmente o nosso Brasil está indo para outro rumo. É que nós estamos vendo aí muitas coisas que vão acabar de

acontecer, porque um pai de família hoje não quer esmola de ninguém. Um pai de família quer ter um emprego para trabalhar, nem que seja vinte e quatro horas por dia, Sr. Presidente!

E é esse o compromisso, é o nosso dever, aqui como Deputados Estaduais, para que realmente levantemos esta bandeira, para que as coisas neste Brasil possam verdadeiramente acontecer. Porque realmente riqueza aqui se tem de sobra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Muito bem, Deputado.

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier, o popular Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui na praça em frente desta Casa, a Praça do Centro Cívico, desde ontem nós notamos uma manifestação dos professores, alunos da Faculdade de Artes do Paraná. Estão num protesto de cento e vinte horas para exigir do Governo do Estado que consiga dar o mínimo de condição de ensino e aprendizado para esses alunos e esses professores.

A Faculdade de Artes do Paraná tem cerca de quarenta anos de idade. E após quarenta anos de idade, continuam sem teto, aonde ficam sendo despejados de um prédio para outro e, geralmente, ou, sempre, nenhum destes prédios tem salas adequadas, tem material adequado para o ensino devido. Quer a questão da arte que envolve dança, envolve teatro, música, enfim envolve inúmeras atividades.

Esta Escola de Artes do Paraná funcionava na Rua Paula Gomes, ultimamente, quando chegou a desabar o teto há cerca de dois anos atrás. Aí foram transferidos para a Universidade Popular do Trabalho, conhecida hoje como Universidade Livre do Trabalho, e de lá, agora, uma ação política de despejo quer, novamente, transferir. E deve transferir, deve sair de lá, para um local adequado. E foi dito que seriam transferidos para o Lar das Meninas, aonde a comunidade se manifestou contrário. E os alunos, os professores e profissionais da Escola de Artes passam a ser os vilões da história, que eram eles que queriam ir, quando havia uma decisão governamental neste sentido.

Todo candidato fala em cultura, saúde e educação, fala que é prioridade de Governo, e na hora de exercer esta ação, colocar a prioridade do discurso na prática, isso não tem ocorrido.

O descaso com a Faculdade de Artes do Paraná é mais um sinal de que o discurso é uma coisa e a prática é outra! O Paraná e a Cidade de Curitiba têm desenvolvido a sua cultura e a sua arte muito mais a ser-

viço e em defesa da elite do que em atendimento à cultura popular e do atendimento das necessidades dos nossos artistas locais, que têm que migrar, quase sempre, para outros centros, como Rio e São Paulo, para que lá possam ser destaques, a nível nacional, ou até viver ou conseguir sobreviver economicamente, uma vez que não há uma política cultural, no nosso Estado.

No caso da Faculdade de Artes, que envolve duas ações, Cultura e Educação, que diz que é prioridade governamental, não tem sido atendida nenhuma das duas.

Aqui nessa tribuna, proponho que a Comissão de Educação, cujo Presidente é nosso companheiro de Bancada, Deputado Péricles, que esta Comissão assuma um papel fundamental de negociação e resolução dessa situação. Não é mais possível, em 40 anos, ficar transferindo a Faculdade de Artes de um lado para outro. Não é mais possível que continue sem teto e sem uma casa, uma Faculdade de Cultura e de Arte, no nosso Estado.

Então é necessário e urgente que isto seja resolvido. E o líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que esteve mais de uma vez, na tribuna, na Legislatura passada, falando a respeito da Faculdade de Artes, pode muito bem contribuir para encontrar o caminho, para encontrar a solução. Porque não basta manifestar-se, enquanto Oposição, é necessário encaminhar a solução, enquanto Situação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para esclarecer ao Deputado Florisvaldo Fier de que este assunto foi pauta de debate, ontem, aqui na Assembléia, e já ficou definido pelo Plenário, que inclusive amanhã, no horário do Pequeno Expediente, os estudantes e os professores terão espaço para relatar os problemas da Faculdade de Artes do Paraná.

V.Exa. está nos convocando para amanhã discutirmos, junto aqui com os Deputados, e o Deputado Péricles já se prontificou, na Comissão de Educação para intermediar este processo e está solicitando uma audiência com o Sr. Alex Beltrão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotado e mais uma vez deferido o pretendido.

É com satisfação que esta Mesa Executiva anota no Registro dos Anais da Sessão de hoje a visita do ex-Deputado e hoje Delegado do Ministério da Agricultura do Paraná - que irá falar logo em seguida no Pequeno Expediente - o ilustre amigo e companheiro de todos nós, o Deputado Mário Bezerra.

Com a palavra o Deputado Edno Guima-

rões.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Senhor Presidente, demais companheiros Deputados.

É com grande prazer que nós voltamos aqui a esta tribuna, mais uma vez, para trazer a nossa preocupação da região Noroeste do Paraná.

Nós queremos neste momento levar ao conhecimento dos Senhores Deputados da situação difícil que nós estamos atravessando, principalmente no setor do vestuário na região de Cianorte.

Meus companheiros Deputados, lá em Cianorte, por exemplo - que é a "Cidade Polo do Vestuário", posso dizer até do Estado do Paraná - nós estamos atravessando, meu caro Deputado Pessuti, uma situação cruel, e nós somos responsáveis, Cianorte toda uma outra região que nós temos fábricas, sedes, as filiais dos outros municípios e que se tal coisa ocorrer nessas fábricas de Cianorte, vai ter uma repercussão negativa em toda a região.

Por isso, nós estamos, hoje, se Deus quiser, às 17:30hs, meu caro Tureck, ouvi o seu discurso há poucos instantes preocupado com tantos problemas de outros segmentos da sociedade, assim estamos nós preocupados principalmente com o setor de vestuário da nossa região.

Nós queremos hoje, às 17:30 no Palácio Iguçu, junto com o Senhor Governador do Estado e demais Secretários de Estado, levar a nossa preocupação a eles, de tudo aquilo que acontece em nossa região, com um grupo de empresários que virão.

Nós queremos mostrar a Sua Excelência, o Governador do Estado, tudo aquilo que vem sofrendo o Noroeste do Paraná. Não é só Cianorte, é Maringá, Campo Mourão e também Paranavaí.

Ontem, ouvi o discurso do Deputado Trentini, dizendo que vai bem no setor cítrico, mas no setor de vestuário e outros segmentos mais da nossa região, nós estamos sofrendo muito, muito mesmo, não há linha de crédito que venha de encontro com as nossas necessidades.

Por exemplo, quando nós precisamos de capital de giro existe recursos para investimentos para as empresas e isso não satisfaz. Nós temos a estrutura razoável, com isso fica parado os recursos, esses grandes fundos que tem paralisado e nós ficamos com os nossos empresários, as nossas empresas à beira da falência. E há um número muito grande de desemprego nessa região, Cianorte.

Em Cianorte, quero dizer aos Senhores Deputados, meu caro Vanhoni, temos mais de duas mil pessoas hoje desempregadas em nossa cidade, mais de duas mil, e se isso perdurar por mais algum tempo e o Governo Estadual e o Federal não achar meios, que-

ro dizer aos Senhores que nós vamos ao caos.

Num município como Cianorte, que temos 60 mil habitantes, poderemos ter a curto prazo 10 mil desempregados nas ruas. Isso é uma preocupação muito grande que nós temos na nossa região. Os Senhores devem ter acompanhado através da imprensa falada e escrita, alguns pronunciamentos de lideranças de classes de empresários de Cianorte e eles então têm falado ao Paraná tudo aquilo que está acontecendo na nossa região.

Não sei se foi por influência do MERCOSUL, da abertura que houve, ou daqueles que estão comprando no Paraguai e vendendo na região. Sei dizer, que o nosso mercado, os nossos compradores sumiram da região e nós estamos lá à beira do caos. É uma preocupação muito grande.

O Sr. Angelo Vanhoni - Quero parabenizar o seu pronunciamento, porque ele remete para uma discussão, que na realidade é uma discussão de fundo a respeito do plano econômico que o Governo vem desenvolvendo no nosso País.

Fala-se da globalidade da economia, da modernização do sistema produtivo do nosso País, da importância da estabilização financeira da nossa moeda, a contenção da inflação.

Acho que a estabilização da moeda é importante. Mas acho que o Governo ao tratar da globalização da economia, isto é, permitir de uma forma como vem permitindo a importação desenfreada e com o seguinte argumento: de que o empresário brasileiro, precisa ter produtividade, para fazer com que os seus produtos possam competir com o que há lá fora, isto é, com o produto alemão, com o produto da Coreia, com o produto da China, com o produto americano.

Mas só que há uma contradição muito grande nesse discurso em relação a prática. Porque se é verdade que uma cidade como a sua Cidade de Cianorte, ela é uma cidade que há muitos anos conseguiu descobrir uma vocação principalmente depois da grande geada que dimizou o café, conseguiu construir uma vocação, uma vocação industrial para fazer com que uma cidade, uma região, seja polo de desenvolvimento, como no caso da sua cidade na questão do têxtil, nós vemos uma contradição do Governo, porque se é verdade que a indústria brasileira tem que se reciclar, tem que ser produtiva, tem que ser competitiva, a nível de mercado interno e a nível de mercado externo, mas aonde está a medida por parte do Governo no sentido de financiamento das máquinas para fazer com que o empresário, o empresário brasileiro tenha máquinas do ponto de vista tecnológico, mais aperfeiçoadas, para poder competir em

produtividade com o tecido alemão, com o tecido chinês, que tem um Parque Industrial de última geração. Não há recursos por parte do Governo Federal, sequer para capital de giro, sequer para tratar de problemas de inadimplência, que os pequenos proprietários, que os médios e pequenos proprietários industriais estão enfrentando no nosso País.

Então uma coisa é abrir a economia do nosso País para sofrer a concorrência do produto internacional, e não tomar medida nenhuma no sentido de que o governo do Estado tenha políticas de incentivo, para que essa indústria possa se reciclar e possa competir em igualdade de condições. O resultado é esse que V.Exa. está trazendo para nossa Assembleia Legislativa, é a preocupação de todos os paranaenses. Uma cidade como Cidade de Cianorte, que depois de muitos anos, desde a geada, conseguiu construir uma cidade do ponto de vista industrial na área textil importante para o Estado do Paraná. Pode ser levada a bancarota completamente tendo com isso uma grande repercussão do ponto de vista social, levando milhares e milhares de pessoas para a marginalidade.

A preocupação de V.Exa. é a nossa preocupação e acho que o Governo Federal e o Governo Estadual, principalmente aqui no nosso Estado, o governo poderia não só desenvolver estudos no sentido de minorar esse problema, mas sobretudo, desempenhar o papel político do Governo do Estado do Paraná, para cobrar mudanças no curso que a política econômica vem tomando no nosso País, principalmente com a falta de recursos para auxiliar a reciclagem do setor produtivo nacional.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Muito obrigado, pela sua experiência, que nesse momento passou, ajudando-me no meu pronunciamento na nossa preocupação.

Quero dizer aos Senhores Deputados que não existe linha de crédito hoje, por exemplo, através dos bancos nossos oficiais que venham satisfazer as necessidades dos nossos empresários. Nós precisamos de capital de giro, pegando Cianorte como exemplo, se nós tivéssemos um milhão de reais para atender as necessidades daquelas duzentas e poucas empresas, com poucos recursos nós salvaríamos mais de dois mil empregos hoje, que estão na iminência de se acabar. Esta é a grande preocupação nossa hoje, e queria então, trazer ao conhecimento desta Casa de Leis para que nós pudéssemos juntos cobrar dos homens que estão à frente do poder, responsável por tudo isso. Tenho certeza, que o Governo será sensível aos problemas que nos assolam, que está nos preocupando demais em Cianorte, que já fui prefeito daquela ci-

dade, e, tenho conhecimento do progresso que existia, e hoje do caos que nós estamos mergulhados.

Quero dizer também aos companheiros Deputados e, contando mais uma vez com o apoio de todos vocês, para que hoje na Ordem do Dia tem um veto de um projeto nosso, criando a microrregião de Cianorte - AMENORTE, nós estamos contando com o voto de todos os nossos companheiros Deputados. Há poucos dias eu ouvi aqui o discurso do Deputado José Tavares, que dizia que, os Deputados estavam no coração dele, no lado esquerdo. Quero ver se estou no coração de todos vocês Deputados, para que, nós tenhamos uma vitória. E, também é uma maneira de eu levar alguma coisa de bom para o povo de Cianorte, criando assim uma microrregião - AMENORTE - do Município de Cianorte, congregando ali mais onze municípios, ao todo doze municípios.

Contamos com a ajuda de todos vocês.

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria de comunicar a V.Exa., que junto com o líder do Governo Algaci Túlio, tomamos uma decisão de apoiar o seu pedido. Nós iremos votar pela derrubada do veto, porque o próprio Governo concordou que essas duas microrregiões que hoje estão na Ordem do Dia para serem votadas, devem ser criadas.

Nós votaremos com V.Exa., e também com outro projeto que deve ser votado numa vez só.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Muito Obrigado, meu grande líder Deputado Valdir Rossoni. Nós estamos contando, é claro, com a nossa bancada, pois ele já se manifestou que está favorável a derrubada do veto, e com os demais votos dos demais Deputados aqui presentes.

Muito obrigado, e se Deus quiser até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, anunciamos a presença em nosso meio, do chefe da CIRETRAN de Ponta Grossa, Jurandir Ribeiro; acompanhado do ex-delegado da Polícia Rodoviária Federal, Acir Claro dos Santos, que nos honram com as suas presenças no nosso convívio.

Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna nesta tarde é para registrar a alegria que tomou conta de todos aqueles que acreditam na democracia, do resultado da eleição da última sexta-feira, da eleição que foi realizada na Cidade de Cascavel, do nosso

prezado colega Deputado Edgar Bueno, onde foi eleito pelo voto secreto dos prefeitos que compõem aquela microrregião administrativa do Estado do Paraná, o Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, para ser o presidente da AMOP.

Vejam, Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. A importância que se reveste a eleição do Prefeito Fidelcino Tolentino, por que foi seguramente o enfrentamento a máquina do Governo Estadual, capitaneada pelo Secretário da Casa Civil, Chefe da Casa Civil, Luiz Fernando Ribas Carli, pelo Secretário do Desenvolvimento Urbano, o Professor Lubomir A. Dunin e pelo Secretário que eu chamaria até, "Secretário do Desemprego", que é o Secretário Joni Paulo Varisco, que não mediram esforços para pressionar os Prefeitos do Oeste Paranaense, que mais uma vez, esta região oeste de nós todos paranaenses.

Nós que somos paranaenses "pé vermelhos" do norte do Estado, do Paraná paulista, temos que reconhecer que esse povo do oeste, é um povo que merece a maior referência do Estado do Paraná, pela firmeza, pelo caráter, pela postura. Porque numa eleição difícilíssima, o Prefeito Fidelcino Tolentino, por 26 a 24 votos, ganhou a eleição e fez com que a AMOP, que é a maior entidade que congrega os Prefeitos do nosso Estado, não ficasse atrelada - as decisões do Secretário do Desenvolvimento Urbano, que na minha frente, com a maior desfaçatez, pediu votos aos Prefeitos do oeste. Vetando o Prefeito Fidelcino Tolentino, dizendo que era indispensável a eleição de um presidente, que pudesse trabalhar com ele administrativamente.

Pois ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, amanhã vem a nossa capital, o Prefeito Fidelcino Tolentino, virá sim a esta Casa aonde ele foi um nobre Parlamentar. Ele que é uma referência da história política, do nosso MDB, e depois do PMDB, onde já ocupa a Prefeitura de Cascavel pela segunda vez, e virá ele sim, pedir aqui uma audiência com o Governador do Estado, para saber ele se a postura do seu Governo, atos e discriminação ou se ele como Presidente da AMOP, representará esta Entidade e fará com que, sabe lá Deus, que recursos possam chegar, até naturalmente a expectativa das comunidades, que já vem, já se escoando, um ano e três meses de desgoverno do Senhor Jaime Lerner, que até agora, infelizmente, o Governo não tomou posse, não iniciou a sua ação administrativa...

O Sr. Valdir Rossoni - Permite-me um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - ... e faz com que exista uma grande frustração

na alma daqueles paranaenses, que quando elegeram o Senhor Jaime Lerner, sonhavam com emprego, sonhavam com o desenvolvimento, sonhavam com uma escola pública de qualidade.

Que Governo mágico que é esse, Deputado Rossoni, que criou aí, cerca de 200 mil vagas. Nós todos vimos o Governo aumentar de 35 para 45 alunos por sala de aula. Criou vagas artificialmente. O que nós estamos assistindo, mais de duas centenas de escolas públicas, Deputado Péricles, estão paralisadas as suas aulas por falta de professores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela ordem, palavra concedida ao ilustre Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria de conceder 5 minutos do horário do PDT, ao Deputado Romanelli, para que ele me concedesse um aparte, porque estou achando as palavras do Deputado, e tenho condições de debater este assunto com ele.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Ora, Senhor Presidente, desde que o Deputado Rossoni fale o aparte de forma educada e cortês, eu o concedo sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Permite os 5 minutos ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Com a palavra, pelo aparte concedido pelo Orador, o Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, causa-me estranheza V.Exa. querer achar que vou ser mal educado com V.Exa. Até o presente momento, passamos aqui por um ano e três meses, longos meses, um ano e três meses, está sendo um sacrifício para V.Exa. admitir a derrota de quem foi derrotado numa eleição e sinto em V.Exa. e tem uma história que diz o seguinte na pré-história: pessoas de uma cidade, Romanelli, às vezes para se revoltar contra algo, jogavam gasolina no corpo e se queimavam, mas aquilo se tornou tão comum, como de repente, aquilo não chamava mais a atenção do povo. A primeira vez que alguém "tacou" fogo no corpo, foi notícia, foi a preocupação da população, a segunda vez também foi preocupação da população, mas de repente, aquilo se tornou mais comum e não é mais a preocupação da população.

O que quero dizer a V.Exa., Deputado Romanelli, quero dizer claramente a V.Exa. que tenho conhecimento e se V.Exa. quiser descer aqui para recorrer aos auxiliares, pode descer...

O SR. ROMANELLI - Só quero depois corrigir V.Exa. na preciosidade da sua informa-

ção sobre os monges tibetanos que ateavam fogo às suas próprias vestes.

O SR. VALDIR ROSSONI - Muito bem, o que quero dizer a V.Exa. é que V.Exa. está equivocado. Ouvi outro dia V.Exa. aqui fazendo discurso, e exigia do governo as audiências que V.Exas. marcaram. Ora, Deputado Romanelli, fui Deputado nesta Casa no seu governo e por muitas vezes pedi audiência ao seu governo e não fui atendido e digo: qual é o secretário que foi demitido por não ter me atendido?

O Prefeito Tolentino não tem o que cobrar do nosso governo. Ele será recebido como todos os prefeitos do Paraná são recebidos e que não eram recebidos no seu governo. V.Exa. está com um costume: "Não faça o que faço, faça o que digo". Então é o seguinte: muitos Deputados nesta Casa teriam condições de fazer esse discurso, mas não a V.Exa., porque V.Exa. agiu e praticou no seu governo, na sua secretaria, de uma forma que não credencia a fazer esse tipo de discurso. Esta é a grande verdade, porque aqui está uma pessoa testemunha das suas atitudes.

O SR. ROMANELLI - V.Exa. não foi recebido por mim?

O SR. VALDIR ROSSONI - Não fui recebido por muitas vezes.

O SR. ROMANELLI - Quero recorrer ao Deputado Renato Adur que era o líder do Governo Requião nesta Casa, para que testemunhe.

O SR. VALDIR ROSSONI - V.Exa. faz um equívoco aqui neste momento, da maneira como V.Exa. agiu e da maneira que você quer ditar as normas como o nosso governo vai agir. O nosso governo vai continuar agindo da forma como está agindo, atendendo a todos os prefeitos do Paraná e não por sigla política. Vai ser atendido pela forma que é determinada pelo nosso governador. Agora, o que vejo em V.Exa. e não continue ateando fogo nos corpos, cuide-se com isso, porque está se tornando comum denúncias vazias, infundadas e que de forma nenhuma está tendo credibilidade junto à população.

Está na hora de V.Exa. à hora em que vier à tribuna, trazer aqui denúncias concretas, senão, estará caindo no ridículo e não dá mais vontade de ouvir o seu pronunciamento e o Prefeito Tolentino não tem o que cobrar do nosso governo. Ele que se coloque no lugar dele.

O SR. ROMANELLI - Sr. Presidente, sabia que o Deputado Rossoni iria ficar destemperado. Ele fica nervoso para defen-

der...

O SR. VALDIR ROSSONI - Não é destempero, é a maneira com que me pronuncio, mas V.Exa. não gostaria de ouvir verdades.

O SR. ROMANELLI - Adoro ouvi-lo, Excelência, principalmente quando V.Exa. não está no microfone.

O SR. VALDIR ROSSONI - Inclusive votei em V.Exa. para ser Líder, mas infelizmente fui derrotado.

O SR. ROMANELLI - O Deputado Algaci Túlio foi o grande vencedor. Queria dizer o seguinte: é inadmissível e o Deputado Rossoni disse bem, amontoam-se as denúncias contra este governo. O Governo Jaime Lerner vai acabar...

O SR. VALDIR ROSSONI - Não vejo nenhuma concreta, só conversa fiada até agora.

O SR. ROMANELLI - Passa pelas páginas sociais e acaba ainda nas páginas policiais, porque nunca vi tanto desmando. Não é à toa que este governo está na situação em que está, de fazer com que os Deputados que dão sustentação a esse Governo fiquem mais de 90 dias esperando uma audiência. Ele não recebe os Deputados. Pode ser até que receba o Deputado Rossoni, mas a Bancada do Governo, infelizmente, em sido desprestigiada pelo Governador do Estado que passou já 1/3 do seu período passeando pelo mundo. E nós aqui, até agora, fomos corteses e votamos todos os pedidos para que o Governador pudesse viajar: para a Europa, para os Estados Unidos, para o Japão. Viajou 13 vezes para o exterior.

Se ele não tem essa expectativa de poder governar bem o Paraná, ele que renuncie e transmita o cargo às mãos da nossa vice-governadora a professora Emilia Belinati que é alguém que tem vontade de trabalhar!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Quero só comunicar à Bancada do PDT que nós devemos fazer uma reunião agora, à tarde, para decidir se o Deputado Romanelli pode falar em nome da nossa Bancada. Segundo me consta não está autorizado.

V.Exa. vem achar que me exalto quando falo, V.Exa. está desequilibrado! Está falando em nome da nossa Bancada! E V.Exa. não está autorizado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Gostaria que V.Exa. fosse um pouco mais benevolente com o Deputado Romanelli, porque o Deputado Valdir Rossoni - acho que no afã da polêmica, do debate, de justificar o injustificável que todos nós sabemos que

a NASA acabou de se transferir aqui para a Região Sul do Brasil. Aliás, este governo tem sido pródigo em lançamentos, lançamentos, lançamentos... e algumas verdades o Deputado Romanelli está falando.

O Deputado Valdir Rossoni, acho que prejudicou o pronunciamento do Deputado Romanelli, então gostaria que V.Exa. fosse benevolente na concessão do tempo para que ele pudesse terminar a sua explanação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo 5 minutos com a anuência e a presença da palavra do Deputado Vanhoni, tirando o tempo de Liderança do PT a V.Exa., se desejar e o Líder conceder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Concluo. Concluo só fazendo uma advertência, uma advertência que serve aos companheiros que estão na Oposição e uma recomendação aos Deputados que dão sustentação a esse Governo. O Programa Paraná Urbano está sendo arquitetado de uma forma muito estranha, Srs. Deputados. É muito estranha a forma que está sendo manipulado pelo Secretário do Desenvolvimento Urbano a execução do Programa, através dos Presidentes das microrregiões.

Por isso quero chamar a atenção de Vossa Exas. para duas coisas: a primeira é que o governo só tem até o dia 29 ou dia 3 de julho para assinar convênio com as prefeituras, depois disso a Lei Eleitoral proíbe a assinatura de convênios. A segunda coisa é que se observe muito bem os procedimentos. Porque já me disseram, alguns prefeitos em conversas interlocutórias nas ante-salas que estão sendo travadas, por isso que Vossas Exas. abram bem os seus olhos. Porque está muito estranha a postura da Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

E saibam os Senhores até pelo fogo e pela fumaça que os monges tibetanos deixaram no ar que onde há fumaça há fogo. Por isso fiquem de olhos bem abertos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes do próximo orador inscrito, concedo a palavra ao ex-Deputado Mário Bezerra, por cinco minutos, nosso delegado do Ministério da Agricultura, do Sr. Ministro José Eduardo de Andrade Vieira.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Satisfação grande de poder estar no meio de Vs.Exas. depois de quatro anos de convivência.

Quero dizer aos senhores que nós assumimos a Delegacia do Ministério da Agricultura do Estado do Paraná no dia 5 de fevereiro. Não houve nenhuma solenidade

para a posse. Simplesmente um encontro administrativo, onde perante o quadro de funcionários tomei posse. Portanto, desculpo-me por não tê-lo convidado, porque nenhum político, nenhum companheiro foi convidado. Foi uma posse administrativa.

Estava devendo para Vs. Exas. esta presença aqui na Assembléia, porque fiz um compromisso com o Ministro José Eduardo de integração com o Poder Legislativo do Paraná, junto a Assembléia Legislativa, junto as Câmaras Municipais, junto aos Vereadores, as Lideranças agropecuaristas, as cooperativas, enfim, fiz um compromisso com o Ministro José Eduardo de fazer com que a Delegacia do Ministério, que é uma extensão do Ministério no Paraná atuasse junto a classe política. Já detectamos os problemas político-administrativos, levamos ao Ministro e estamos empenhados agora em levar até ele a nossa contribuição do Paraná para os seus principais projetos para a agropecuária.

Nós gostaríamos de salientar que o principal projeto do Ministro é o zoneamento agrícola, ainda pouco difundido e pouco conhecido, mas que consideramos uma verdadeira revolução no campo. Ao ser implantado esse projeto que terá uma duração de médio e longo prazo nós com certeza estaremos saindo de uma agricultura amadora, salvo raras exceções, para uma agropecuária profissional. Com a abertura das fronteiras às importações é necessário que o Brasil melhore a sua produtividade, a sua qualidade, para ter competitividade e o zoneamento agrícola que é um projeto do Ministro José Eduardo, a pedido do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vai ser essa modernização no campo. Só que é preciso um pouco de paciência, porque envolve tecnologia.

Então, este é o principal projeto do Ministro José Eduardo, o zoneamento agrícola, que no decorrer do tempo Vs.Exas. poderão acompanhar e irão compreender para que nós possamos então ter uma política agrícola de fato duradoura, porque o que tivemos até hoje, Srs. Deputados, foram políticas de safra. Entra ano sai ano, os reclamos são os mesmos. Com eleição do Presidente Fernando Henrique e com a nomeação do paranaense José Eduardo nós teremos de fato uma política agrícola consistente.

Um outro programa interessante que está praticamente saindo do papel é o PRONAF, que é o Programa Nacional de Agricultura Familiar que vai favorecer e beneficiar grande parte dos pequenos e micro produtores rurais do Brasil. Nós vamos contribuir a nível de Paraná com o Ministro, viabilizando os projetos municipais e regionais no sentido de buscarmos alternativas para o pequeno agricultor do nosso

Estado.

Nós gostaríamos de deixar a Vs.Exas. um recado de que a Delegacia do Ministério em Curitiba funciona, politicamente e administrativamente, para que os Senhores possam nos reivindicar as necessidades das regiões respectivas. A nossa Delegacia fica no bairro do Tarumã, senti que a grande maioria desconhece o endereço da Delegacia, a Delegacia do Ministério tem estrutura que supera muitas Secretarias de Estado. Nós temos 517 funcionários no quadro, a grande maioria de veterinários, agrônomos, tecnistas, economistas, o pessoal do setor burocrático.

Temos 14 escritórios instalados pelo Paraná. Londrina tem 63 funcionários, Maringá tem 60 funcionários, é uma estrutura que é reconhecida simplesmente pela área de inspeção e fiscalização, mas com a nossa entrada na delegacia vamos dar prioridade a política agrícola e ao desenvolvimento de interação entre a classe política e os técnicos, porque sem a classe política não se viabiliza os projetos que são elaborados pelos técnicos, então nós queremos ser esta ponte, ser o elemento que estará junto com o Ministro em todos os setores em Brasília, para buscar aquilo que o Paraná está pedindo.

Agradeço a atenção de Vs.Exas. e me coloco à disposição, para que nós possamos juntos fazer deste Paraná, um grande Paraná. Um grande abraço meu e um grande abraço fraterno do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Convido o Presidente Anibal Khury a assumir os trabalhos e concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em entrevista ao "Jornal da Manhã" de Ponta Grossa, edição de hoje, terça-feira, cinco de março, o Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Roberto Frederico Meri, alerta para a terrível situação financeira da instituição. Segundo ele, no mês de janeiro foram repassados apenas R\$ 52.000,00 contra R\$ 80.000,00 repassados em dezembro. Só para custeio, para a continuidade de seus cursos e manutenção, a Universidade necessita de uma verba mensal de cerca de duzentos e cinquenta mil reais.

Esta situação se estende para as demais Universidades conforme foi constatado durante reunião dos Reitores e a Secretaria Estadual de Ciência, Educação e Tecnologia. A resposta do Governo foi de que os Reitores deveriam fazer um documento solicitando as verbas necessárias. Uma solução

ridícula como se a Secretaria não conhecesse a situação das Instituições do Ensino Superior.

O Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Luiz Carlos Zuk, Deputado Jocelito Canto sabem o quanto nós fomos atacados pela imprensa local pelo fato de que nossa Universidade teve aprovada no orçamento apenas emendas referentes a custeio no valor de um milhão e seiscentos mil reais, enquanto a Universidade de Londrina, por emenda de Antônio Belinati teve aprovado mais de vinte milhões de reais, Maringá e outras instituições, e acho que este fato está acontecendo revela um outro contexto da problemática do Ensino Superior.

Na verdade nós sabemos que o Governo Lerner não vai investir em universidade alguma, não é a sua intenção pois nem custeio para que as universidades continuem mantendo seus cursos o Governo repassa os recursos necessários, e nós sabemos que desde o ano passado a nossa Universidade de Ponta Grossa, pelo menos, está vivendo uma crise profunda e absoluta na medida em que o Governo do Estado ao invés de repassar pelo menos a verba legal aprovada no orçamento, tem repassado um quarto do valor, quando repassa.

É esse ano, apesar de termos aprovado um aumento na verba de custeio através de nossas emendas assinadas pelos quatro Deputados, o Governo de forma incrível diminui os valores repassados à nossa Universidade e acredito que também às demais Universidades do Estado.

Esta é uma das faces reveladas pelo Governo Jaime Lerner já temos condições de análise deste governo razoável, no período de mais um ano. É um Governo que se preocupa basicamente em integrar o Paraná na chamada economia global do Mercosul e continua se preocupando com obras de efeito para aparecer nos vídeos em vários países do mundo todo, para projetar o seu Governador, o seu nome, mas não investe na questão social e até eu gostaria de lembrar o Deputado Rossoni que não é só fogo nas vestes que de tanto acontecer as pessoas esquecem, a miséria também parece que está se esquecendo no Brasil.

Nós estamos perdendo nossa própria sensibilidade com as questões sociais e tanto que as pessoas morrem por falta de atendimento, de tanto que o pequeno agricultor é expulso da sua terra, de tanta carência de educação e de saúde parece que até os governantes esquecem da problemática por que passa a maioria do seu povo.

Mas não é apenas a questão de custeio, Senhores Deputados, investimento nas Universidades, mais grave é que tudo que a Universidade pediu ao seu Governador, até agora não foi feito nada. Um exemplo: funcionários das várias Universidades para-

naenses se reuniram durante mais de um ano para elaborar uma proposta de carreira para os funcionários das Universidades, servidores.

Estive o ano passado, numa sessão solene no Palácio Castelo Branco, para entregar aos Secretários responsáveis esse plano e até hoje o Governador silencia e nada fez, e nada veio para a Assembléia para que possamos regulamentar a carreira dos funcionários das Universidades.

Da mesma forma, o plano de carreira dos professores, nós mesmos apresentamos juntamente com a bancada do PT, uma Emenda, um Projeto de Lei desta Casa, emendando uma outra Lei, ampliando o prazo, já que a carreira, o magistério, mais de um ano passou do Governo e o Governador Jaime Lerner e o Secretário de Ciência e Tecnologia não remeteu a esta Casa de Leis, um plano regulamentando a carreira dos professores.

Um outro tema de extrema importância para o Ensino Superior é o tema da Ciência e Tecnologia.

O Paraná é um dos Estados mais ricos da Federação e no entanto, o artigo 205 da Constituição Estadual que reza: que 2% dos recursos do Estado serão investidos para financiamento, incentivo à pesquisa básica da Ciência e Tecnologia, até hoje não foi regulamentado, nós realizamos pela Comissão de Educação, um Fórum aqui no Plenário, trazendo Reitores, dirigentes sindicais, professores, toda a comunidade científica do nosso Estado para discutir. Temos um Projeto nesta Casa de Leis para ser votado. O Governo mandou a proposta para que nós analisássemos e até hoje não veio a proposta do Governo para ser discutida, regulamentando o artigo 205.

Só nesse sentido já se mostra uma verdadeira falha do Governo Jaime Lerner, além dos graves problemas que já citamos, que citou agora pouco o Deputado Romanelli sobre a problemática da Educação na rede pública, no Ensino de 1º e 2º Graus.

Nós amanhã estaremos apresentando requerimento ao Governador do Estado e ao Secretário de Ensino Superior da Ciência e Tecnologia, Alex Beltrão, para que imediatamente sejam liberados recursos não só para a Universidade de Ponta Grossa, mas para todas as Universidades do Paraná, e também preocupados junto com o Deputado Angelo Vanhoni, Deputado Florisvaldo Fier e demais Deputados, com a situação difícil, trágica que passa a Escola de Artes do Paraná, que teve inclusive salas de professores alagadas contendo documentos importantes e até hoje o Governo não toma nenhuma providência, o que obriga aos professores e estudantes a estar numa manifestação pacífica e bem humorada aqui na frente da Assembléia Legislativa.

Estes são os assuntos que nos traziam. Infelizmente o tempo é curto, amanhã nós podemos continuar, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PFL. PPB.
PMDB, Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Gostaria de, na tarde de hoje, comunicar a essa Presidência, verbalmente, visto que já o fizemos por Ofício e a esse Plenário, que na tarde de ontem após a Sessão, reunida a Bancada do PMDB, procedeu-se a eleição do novo Líder do nosso Partido aqui nesta Casa. E por aclamação, por unanimidade dos companheiros presentes o Deputado Toti Colaço passa a ser o Líder do PMDB nesta Casa.

Nós queremos portanto, nesse momento em que desejamos sorte, muito trabalho, mas muita compreensão ao companheiro Toti Colaço, agradecer da mesma forma, aos demais Líderes de Partido a Executiva da Casa, aos Nobres Parlamentares, Companheiros de luta Legislativa. Pelo entendimento, pela luta, pelos embates, Deputado Rossoni, V.Exa. que é ali do PMDB, pelos embates, muitas e muitas vezes ásperos e contundentes, defendendo posições contrárias, porém exercitando indiscutivelmente, a razão de ser desta Casa, que é a do debater com profundidade, mensagens oriundas do Executivo deste próprio Legislativo.

A nós da Oposição exercitar o contraditório, nesta Casa, muitas vezes fustigando, até para fazer com que as Lideranças dos Partidos aliados ao governo e o Líder do Governo, tragam as explicações a esta Casa que o Parlamento necessita para poder se pronunciar.

E muitos e muitos projetos, certamente continuaram merecendo de nossa parte e de muitos e muitos companheiros, como um debate, uma crítica profunda, porque as explicações estão a dever, para a Assembléia Legislativa, poder votar conscientemente.

Acima de tudo, a responsabilidade da oposição, de em nome da sociedade questionar, e espero que a Liderança do PMDB, ocupada pelo Companheiro Toti Colaço, mantenha o nosso Partido nessa posição, de Oposição de contestação, de indagação, estabelecimento do contraditório. Enfim de colaborar com o esclarecimento dos fatos que possam levar a cada um Deputado, votar com pleno conhecimento do que está votando.

Então, quero agradecer uma vez mais, desejar felicidades aos nossos companheiros, desejar profundamente de que os Partidos de Sustentação ao Governo, abandone

em parte a tese de defesa intransigente, sistemática e constante de atos de Governo, porque nenhum governo consegue ser irrepreensível na sua conduta e nos seus atos.

Governos que já passaram falharam, este governo falha, outros falharam. E via quando o Deputado Romanelli, contestava ações de governo, que imediatamente o Deputado Rossoni, como Líder do PDT, parte na defesa do Governo. Não trazendo explicações convincentes, por exemplo, há um fato nítido e claro, e notório, houve um aumento além do recomendado pelas normas de educação na concentração de alunos por sala de aula. Os professores estão revoltados, a APP está cobrando isso, os alunos estão com movimentação, os Professores estão com movimentação, alguma coisa está errada!

Precisamos esclarecer esses fatos, para que nós não venhamos a formar dados errôneos em favor do Paraná. O que importa para cada um de nós, não é ser a favor ou contra um governo, o que importa a cada um de nós como representante do povo no Legislativo, é cobrar do governo o desempenho cada vez mais aperfeiçoado da sua função.

E eu, saindo da Liderança do PMDB, deixo com sinceridade que o governo encontre o rumo da sua administração, porque no ano de 1995, lamentavelmente ficou como disse o companheiro do PT, Ângelo Vanhoni: "O Palácio Iguazu ficou transformado em um cabo Canaveral".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com as desculpas da Mesa, concedo a palavra, ao nobre e ilustre Deputado, Jocelito Canto, representante dos Campos Gerais.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria que acabasse o "bolinho", ali, que vou denunciar uma coisa pesada aqui hoje.

E gostaria Sr. Presidente, que os Deputados prestem atenção, porque é algo importante.

Bom, Sr. Presidente, quero falar de dois assuntos hoje: primeiro, como havia adiantado ontem, os baixos salários da Polícia Militar e segundo, uma preocupação que trago a esta Casa que um jornal de Cascavel, Sr. Presidente - isto é gravíssimo - um jornal de Cascavel está usando um termo perigoso a nível de Paraná: fala em quadrilha no Paraná. E quero depois, na segunda parte do meu discurso falar sobre quadrilha. Quadrilha para mim, na gíria policial, é formada por bandido. Bandido é ladrão. Quero ver no final, aqui, e vou trazer documentos aqui e que nos deixam

preocupadíssimos e alguém vai ter que se explicar no final.

Sr. Presidente, vamos começar a falar da nossa eminente Polícia Militar. A nossa Polícia Militar sofrida, arrebatada, quebrada, que tem muitas diferenças com a Polícia Civil. E estou recebendo de vários pontos do Paraná, votos, pedidos dos PM's, principalmente dos PM's que estão com o salário hoje que é brincadeira.

Para se ter uma idéia, Srs. Deputados, um capitão hoje com vinte anos de carreira militar está recebendo um e oitocentos e sessenta; um delegado de 4.^a classe, quatro e cinquenta: uma diferença de quase dois mil, contando aí o redutor que o delegado de 4.^a carreira tem, de 4.^a classe melhor dizendo. Um primeiro-tenente ganha mil, quatrocentos e trinta e seis; um perito, um tenente tem dez anos de serviço; um perito, mil, oitocentos e setenta e dois; um segundo-tenente com cinco anos, ganha mil, cento e oitenta e um; um perito ganha mil, setecentos e setenta e três; um oficial aspirante; novecentos e trinta e um; um perito de terceira classe, mil e sessenta e cinco; um sargento da PM ganha hoje; setecentos e setenta e sete reais; um investigador ganha mil e nove; um segundo sargento ganha seiscentos e sessenta e três; um investigador ganha novecentos e trinta e quatro; um terceiro sargento ganha quinhentos e noventa e sete; um investigador; oitocentos e sessenta e cinco; um cabo, com cinco anos de serviço, quinhentos e três; um investigador; oitocentos e um; um soldado de primeira-classe com cinco anos recebe quatrocentos e oitenta e sete; um investigador; setecentos e vinte e oito; um soldado de segunda-classe recebe trezentos e sessenta e quatro reais.

Sr. Presidente há uma diferença muito grande da Polícia Militar para a Polícia Civil. Nada contra a Polícia Civil, mas é preciso equiparar as forças, porque a PM trabalha com a Civil e a Civil com a PM. São as duas forças policiais que dão a segurança a este Estado do Paraná.

O salário do mês de janeiro de 96, em reais, com adicionais, a base - análise do relatório do sistema integrado de pessoal da Secretaria de Administração, - do pessoal da ativa, demonstra com bastante clareza a situação distorcida em detrimento da Polícia Militar do Paraná, quanto ao salário em termos de custo na folha de pessoal efetivo. Senão vejamos: custo da folha da ativa do mês de janeiro de 1996, Polícia Militar, 10.972; Polícia Civil, 6.726. Efetivo da ativa do mês de janeiro, militar 16; Polícia Civil, 04. Remuneração média da ativa do mês de janeiro, Polícia Militar, 654; Polícia Civil, 1600. Dados constantes da tabela, refletem valores brutos que acabei de citar.

Esse quadro, Sr. Presidente, estabelece um processo alarmante de inconformismo e exclusão social. Eis que não permite ao policial desfrutar de condições compatíveis de dignidade inerentes à cidadania.

Em debates com representantes dos diversos escalões da corporação constatamos as seguintes carências, Sr. Presidente: falta de acesso à moradia digna. O aluguel residencial mínimo, nos dias de hoje, encontra-se em torno de cento e cinquenta reais. Valor este acrescido de encargos como IPTU, água, esgoto, energia elétrica elevam-se em no mínimo em 35%. Com isto, comprometendo mais de 50% do salário que ganha um policial militar. Em função disto, um PM, especialmente os praças, sargentos e soldados que representam 80% do efetivo, ativo da Instituição, vêm-se obrigados a buscar moradias em locais distantes das cidades. De modo geral vivendo em condições precárias, sem saneamento básico, e em nível de miserabilidade.

As dificuldades de acesso ao transporte: sem condições de satisfazer suas necessidades básicas, conseqüentemente o PM vê-se obrigado a andar fardado, mesmo nas horas de folga, com o objetivo de desfrutar da gratuidade concedida por algumas empresas de transporte coletivo. Tem que andar sempre fardado para pegar uma caroninha, para pegar ônibus de graça, vejam aonde o PM chega!

Tratamento econômico diferenciado, prestem atenção nisso, restrições no crédito e falta de acesso ao talão de cheque, em virtude de sua baixa remuneração. Empresas comerciais estabelecem, genericamente, restrições aos PMs, ou seja não lhes vendem a prazo. Além disso os bancos, inclusive BANESTADO, o BANESTADO que paga os salários não fornece talão de cheque para PM, porque não tem saldo médio. Então não pode comprar com pré-datado, como muita gente faz.

Busca de atividades paralelas. Aqui reside certamente uma das mais graves conseqüências da deteriorização salarial. Visando complementar a sua renda mensal os policiais militares buscam atividades paralelas, trabalhado, em geral, mediante baixa remuneração, e em más condições de trabalho, às vezes correndo risco de vida, e submetido a esforços superiores a que pode a sua condição humana agüentar. Isso traz sérios reflexos negativos na sua atividade principal na área da Segurança Pública!

Tendo em vista a profunda preocupação com este estado de coisas, tem se desenvolvido inclusive estudos na corporação, visando detectar tal anomalia e suas conseqüências para a Polícia Militar, constatando-se, entre outras, as seguintes conseqüências:

Desestruturação familiar, dificuldades e a excessiva jornada de trabalho, que mantém o policial longo tempo afastado da família e sem possibilidade de proporcionar condições mínimas de satisfação aos seus familiares. Isso tem acarretado grande número de desentendimento e até separação. O policial se separa, coitado, não é? Trabalha de manhã à noite...

Agressividade do policial no atendimento de ocorrência. Em virtude dos problemas sócio-econômicos, cansaço provocado pela excessiva jornada de trabalho, desagregação, discriminações a que é submetido, o policial acaba se tornando agressivo no desempenho das suas funções. Ora, o cara está trabalhando demais, cheio de problemas, aquela loucura, a vida uma porcaria, o camarada acaba sendo agressivo, vai prender um cara, em vez de levar o cara numa boa, já prega a mão no pé do ouvido do cara e aí já vai responder a inquérito policial e geralmente vai à condenação.

Desmotivado quanto a profissão. Somados os aspectos acima, que acabei de citar, percebe-se no policial, alguém desmotivado para o desempenho de suas atividades, quer na prestação dos serviços para a comunidade, ou quanto à sua preparação profissional, uma vez que não vislumbra perspectiva salarial na carreira.

Outras conseqüências importantes de ressaltar é que a Polícia Militar desenvolve intenso trabalho de recrutamento, formação e aprimoramento do seu contingente, mas que sofre uma interrupção pelo grande número de policiais que deixam a instituição em busca de melhores oportunidades. Isso se traduz em prejuízo para o próprio Estado, que não consegue manter o homem, já devidamente preparado, para o exercício da sua missão policial.

Quer dizer, perde-se muito policial porque ele acaba saindo, vai embora, porque o salário é pouco...

Cumpramos ressaltar que o desnível salarial, aqui descrito, é conseqüência da alteração do sistema de escalonamento vertical e suspensão de uma gratificação especial, vigentes até o ano de 89.

Sabe-se que Poder Judiciário do Paraná, analisando algumas ações impetradas por policiais militares, já decidiu pela improcedência da decisão governamental mencionada, determinando a reimplantação das vantagens já concedidas.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a triste realidade do policial, o policial ganha mal, tem problemas em casa, o policial atende mal, às vezes, o policial precisa ter mais um emprego, o policial militar... não se leva em consideração aqui, de repente, o pessoal, o Jocelito está criticando a Polícia Civil, não, pelo

contrário, o que deve ser feito, eu acho que a Polícia Militar e a Polícia Civil devem ser tratadas iguais nesse Estado.

O Sr. José Tavares - Deputado Jocelito Canto, queria apenas dizer a V.Exa. que também me somo a sua preocupação, quando coloca a questão dos baixos salários da Polícia do Paraná, como um todo, especialmente da Polícia Militar e muito particularmente da maioria dos policiais militares que é constituída dos soldados, cabos, sargentos e sub-tenentes.

Agora, gostaria também de dizer a V.Exa. que com relação a essa comparação que V.Exa. faz do delegado ou capitão, do coronel com o delegado de primeira classe, de dizer apenas o seguinte; "isso aí pelo menos em termos numéricos existe, tendo em vista o que a Constituinte de 88 consagrou". Existe um dispositivo na Constituição Federal, dispositivo esse que eu pessoalmente, por ele muito lutei, que trata de isonomia salarial para as carreiras assemelhadas, as chamadas carreiras jurídicas.

Portanto, o delegado hoje, tem esta situação que não é a ideal, porque aqui no Paraná nós temos o redutor salarial e nem todos os Estados tem. E o Delegado e as outras carreiras jurídicas, com exceção da magistratura e do Ministério Público, estão submetidos a este redutor. Mas, na realidade, o que faz hoje transparecer que o delegado ganha mais ou infinitamente mais do que os oficiais da Polícia Militar é pelo fato dele ter conquistado, ele delegado esta vantagem, ter conquistado este direito, já que bacharel ele é, já que cursou uma Faculdade de Direito como cursou o Promotor e o Juiz de ter o direito de ver a sua fusão salarial equiparada a essas chamadas carreiras jurídicas, entre elas eu incluo também os advogados e procuradores do Estado.

Portanto, apenas para recolocar a questão, devidamente, nós estamos aqui num Plenário numa Casa que tem a responsabilidade de Legislar, num Poder que tem a responsabilidade, o dever e as atribuições de fazer as Leis. Nós devemos sempre que possível estarmos devidamente informados a respeito de todos os problemas que preocupam a administração do Estado.

Portanto, Excelência, realmente eu me preocupo como V.Exa. já estive reunido por várias vezes no comando da Polícia Militar, já conversei, como V.Exa. e todos os Deputados aqui também com certeza já o fizeram, com vários oficiais superiores da Polícia Militar e o problema salarial na Polícia Militar realmente é sério, é grave, é gravíssimo eu diria até, e todos nós temos que nos preocupar com ele, temos que estar atentos para essa realidade e

apoiarmos qualquer iniciativa que o Governo encaminhe para esta Casa, no sentido de diminuirmos esse distanciamento, esta situação de penúria, de desespero porque passa grande parte da nossa querida e gloriosa Polícia Militar do Paraná.

Só queria fazer esta ressalva, em relação aos delegados, tendo em vista que os delegados estão nesta situação porque conquistaram esse direito quando da Constituinte de 88 em ver as suas funções equiparadas com as demais carreiras jurídicas do serviço público do Brasil.

O SR. JOCELITO CANTO - Agradeço o aparte, Deputado Tavares, muito importante, e o Deputado Plauto solicita um aparte.

Gostaria que fosse bastante breve, Deputado, porque nós temos um assunto interessante para tratar na sequência.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado Jocelito, quero me somar ao seu pronunciamento em relação aos vencimentos da Polícia Militar do Paraná.

Preocupa-me muito conversas mantidas com todos os policiais, amigos que exercem a função dentro da Polícia Militar. Nos trazem a preocupação.

Então, me somo ao seu pronunciamento com relação a Polícia Militar do Paraná que vive um momento difícil e muito preocupante.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Só queria, além de cumprimentar V.Exa, dizer que o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, o Líder do PDT, Deputado Rossoni, toda a bancada que realmente sustenta esta Casa, bem como todos os Senhores Deputados, também não de sustentação, têm envidado esforços para que se tornem realidade um melhor vencimento da Polícia Militar e mais de perto agora com números nas mãos, fazendo o que o ilustre Deputado Tavares falou, que a Polícia Civil está mal remunerada também, nós queremos deixar de lado a Polícia Civil, queremos sim uma atenção a Polícia Militar, aos professores e ao funcionalismo público de um modo geral de uma melhoria salarial.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado, acompanho o seu pronunciamento e essa preocupação que tem V.Exa. é a preocupação que tem 54 parlamentares da Assembléia, porque a polícia militar tem recebido o carinho de todos os Deputados da Assembléia em todos os momentos que vem aqui a fazerem às suas reivindicações.

O problema da Polícia Militar não é um problema desse Governo, é um problema de muitos anos, não é só aqui no Paraná é em outros Estado também.

Agora, o que nós não podemos é correr

um risco de começar a fazer comparações. Nós ontem como disse o Deputado Luiz Carlos Zuk, recebemos uma Comissão de Oficiais, na semana passada ainda quando do aniversário do Clube dos Oficiais nós lá estivemos juntamente com o Secretário da Segurança Pública e mais uma vez empenhamos a nossa palavra, palavra do Secretário, palavra deste Parlamentar, palavra do Presidente da Assembléia, do Governador do Estado, no sentido de nós encontrarmos um caminho, um denominador comum, no sentido de ver aceitas e concluídas as reivindicações da Polícia Militar. Há uma Comissão do Governo já trabalhando nesse sentido e quero acreditar que nos próximos dias possamos dar uma resposta aos policiais militares.

Apenas gostaria, para que de repente, como disse até o Deputado Tavares, começar a fazer um choque envolvendo policial militar com policial civil. A Polícia Civil tem a sua estrutura, a sua forma a sua composição, a polícia militar também tem a sua. Todos nós reconhecemos os baixos salários, a questão de ter ou não ter conta no banco do Estado do Paraná, não é uma questão de boa vontade de o Banco do Estado dar talão de cheque, é uma questão de lei do Banco Central, normas do Banco Central e qualquer pessoa, seja ela o próprio Deputado, se não tiver saldo de limite não terá talão de cheques do Banco do Estado.

É uma situação angustiante, digo a V.Exa. e a todos os Parlamentares, também vivo angustiado com essa situação, convivo diariamente com a corporação, tanto no quartel da PM, quanto em outros setores da Polícia Militar. Estou angustiado. Tenho feito vários contatos com o Governador e haveremos de encontrar solução tenho certeza disso.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio.

Concedo também o aparte ao Deputado Joel Coimbra.

O Sr. Joel Coimbra - Nobre colega Jocelito

Canto, nós ouvimos o pronunciamento de V.Exa. e as nossas palavras é para manifestar também a nossa concordância com a sua exposição. O texto do documento que V.Exa. lê agora, faz parte de uma redação extraída num debate de toda a corporação. E no dia 27, juntamente com o colega Marquinhos Alves entregamos essa preocupação ao Governador do Estado, que inclusive se dispôs a analisar a questão e formar uma Comissão Especial para cuidar do caso.

Portanto, ficamos felizes ao vermos que aquela não é uma manifestação isolada, mas que ela conta com o apoio de todo o Parlamento do Paraná.

É muito importante isso, porque isso

revela que a Assembléia Legislativa ao contrário do que muitos querem fazer parecer, a Assembléia Legislativa está atenta as justas aspirações das nossas categorias e especialmente da nossa gloriosa Polícia Militar do Paraná.

O Sr. Ricardo Chab - Gostaria só de colocar aqui que ontem a tarde estiveram dois oficiais da Polícia Militar conversando comigo e eles acham que, nós da Assembléia não nos empenhamos politicamente para tentar um reajuste salarial, para tentar melhoria salarial dos policiais militares. É sabido da carência salarial, não só da carência salarial, mas da carência também, muitas vezes, de material para o trabalho, da função do policial militar.

Agora mais do que nunca, é preciso ter vontade política, de fazer com que o salário do soldado, do cabo, do sargento, enfim, do oficial possa se elevar. Temos um número excessivo de baixa, o Estado investe muito para poder formar o homem policial, depois de formado esse homem policial prefere abandonar as fileiras da Polícia Militar e ir para a iniciativa privada, do que ficar na incorporação, na instituição ganhando baixo soldo.

É preciso que o Estado, na verdade, faça até uma análise profunda, para saber quanto custa a formação de um soldado da Polícia Militar e depois a sua remuneração. Agora, nós da Assembléia Legislativa temos que deixar claro que há um empenho de cada um dos Senhores Deputados na questão salarial da Polícia Militar. Acho que o Deputado Tavares foi muito feliz em dizer que, no momento não podemos estabelecer comparações entre uma instituição e outra, e sim, defendermos aqui uma melhoria salarial, uma recuperação salarial do policial militar.

O SR. JOCELITO CANTO - Deputado Chab, obrigado pelo seu pronunciamento.

Gostaria de entrar agora num segundo assunto, pediria para o Deputado Belinati para deixar o seu aparte para amanhã. Lhe agradeço o aparte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de chamar a atenção é algo que está me preocupando e está preocupando, acho até, o povo do Estado do Paraná, porque, se digo brincando ao Deputado Algaci Túlio, que, na partida de futebol, hoje à noite, lá na chácara do amigo Neivo Beraldin, não precisa marcar ele a natureza cuida dele, estou usando de um gesto de carinho e de brincadeira com o Deputado Algaci Túlio, como também quando vejo alguém brincar, dizer que o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, mandou parar a obra que estava sendo feita aqui em frente, porque houve uma necessidade e

porque estava correto o Presidente.

Mas, Senhores Deputados, não posso admitir que a mais alta autoridade do Estado do Paraná, aqui representada pelo Governador que eu ajudei a eleger, Governador que pedi voto, Governador que tenho minhas diferenças com ele. Tenho. Tenho minhas diferenças, porque ele não atendeu alguns pedidos feitos para os Campos Gerais, entre eles, Senhor Presidente, a Secretaria de Estado de Ponta Grossa que, pela primeira vez na história política deste Paraná não a tem.

Por tudo isto, por todas as diferenças que possa ter com o Governador Jaime Lerner, na minha briga com ele para aumentar o salário dos professores, aumentar o salário da PM, e assim por diante; pelas dificuldades que temos de acesso ao Palácio também. Mas, por tudo isto, não posso admitir, Senhor Presidente, e os Senhores Deputados acho que não também, admitir que o que está se escrevendo nas páginas sobre o nosso Governador. E, o que mais me deixa preocupado, hoje pela manhã, Senhor Presidente, aí de repente você vê, nas páginas. Você vê constantemente nas páginas coisas que nos deixam preocupados.

Estou preocupado, porque a maior autoridade deste Paraná, pode ser, até, solicitado dele alguma providência, pode se questionar. Mas se acusa, acusa publicamente um Governador do Estado, acho isso fora do comum. Estou - confesso - apavorado com o que estou vendo e mais apavorado quando o cidadão que faz as denúncias, Senhor Presidente, um cidadão, diz a mim em uma gravação que ainda é exclusividade de um programa, que vou colocar no ar amanhã, que diz o seguinte: "A Assembléia Legislativa do Paraná, nós Deputados, somos coniventes com a situação".

Isso me abalou. É por isso, Senhor Presidente, que compareço aqui munido de um fato documentário que é público. E como radialista formado na vida do dia-a-dia, do trabalho radiofônico. Aprendi Senhor Presidente, que não se pode difamar alguém se não tiver a prova de que aquela pessoa acusada, é aquilo que se está noticiando.

Estou vendo, há vários dias, acusações pesadas, acusações diretas, contra o nosso Governador do Estado.

Não posso admitir isso, como Parlamentar. Ainda mais, quando se passa a idéia de que os Parlamentares, estão apenas, ouvindo, fazendo de conta que não querem ouvir. E a grande imprensa como diz o próprio jornalista que detém os comentários, diz que a grande imprensa, também não comenta, porque não tem interesse, porque está com uma grande da mídia do Estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Peço um aparte.

O SR. JOCELITO CANTO - Na seqüência, meu caro Deputado. Quero finalizar.

Senhor Presidente, o que dizem as páginas é o seguinte. Se me permitir ler aquilo que me dói o ouvido. Porque com todas as diferenças Deputado Romanelli, que eu tenha com S. Exa. o nosso Governador, posso brigar aqui com ele, posso sugerir a ele, posso estar indignado que ele esqueceu Ponta Grossa. Mas não posso admitir, que diga o jornal, "que o Governador formou uma quadrilha no Paraná".

Senhores Deputados, nesse sentido que compareço hoje nesta Assembléia, para solicitar a esta Presidência, que tomamos alguma providência, para que as acusações não venham diretamente a nós, também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Terminando o tempo de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO - Se o nosso Líder, Deputado Cezar Silvestri permitir, usarei o Horário do PSDB.

Senhor Presidente, gostaria de saber, se é permitido, fazer esse pedido. Tentei protocolar a Mesa, mas fui informado pelos seus assistentes, que era impropriedade de requerimento, que convocava o Senhor Marcos Formighiere, para vir a esta Casa. Vir a esta Assembléia, dizer, a esta Assembléia o que ele está dizendo nos jornais. Estou com esse requerimento na mão. Não sei se o Regimento Interno nos permite. Agora há pouco vi o ex-Deputado Mário Bezerra aqui. Acho que de repente a Assembléia podia permitir que esse jornalista viesse aqui e ele diz que vem trazer provas, o que acho mais preocupante ainda. Mas estou indignado, Senhor Presidente, estou falando em nome do governo, preocupado com o governo porque, Senhor Presidente, ajudei a eleger este governo e posso ter mil brigas com o governo.

Agora, dizer aqui como diz o jornal que o governo está formando uma quadrilha e essa quadrilha está assaltando o Paraná, é muito grave para os nossos ouvidos e para os ouvidos de toda a população do Paraná.

Por isso, gostaria de solicitar a esta Presidência...

O Sr. Ângelo Vanhoni - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Acho grave as afirmações contidas neste jornal. Só não entendi quando V. Exa. disse que tem um requerimento, colocando a vinda dessa pessoa responsável pelo jornal, a esta Assembléia. Acho que a Assembléia Legislativa tem o dever de convocar e apreciar esse requerimento e agora, há pouco tempo atrás, a respeito da INEPAR, o Presidente, o dono da INEPAR se prontifi-

cou a vir a esta Casa e o Presidente Anibal Khury aceitou e está praticamente acertada a vinda do dono da INEPAR para prestar esclarecimentos a respeito da COPEL e das relações desta empresa com o governo.

Acho que para elucidar a gravidade dessas informações, a Assembléia Legislativa deve ouvir não como convidado, mas como convocado, o dono deste Jornal.

O SR. JOCELITO CANTO - Agradeço o aparte e consultaria a Mesa, Senhor Presidente, se o requerimento pelo menos pode ser apreciado pelos demais Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que não.

O SR. JOCELITO CANTO - Não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Mas por quê, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está tolerando as acusações do Deputado Jocelito Canto. Não temos que respeitar os demais Poderes. As acusações são vagas, formação de uma quadrilha. O Caíto diz que quadrilha.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Lá no Rio Grande é quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lá na minha terra é quadrilha de dança.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, não se trata de quadrilha de dança, nem quadrilha de...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas o requerimento de V. Exa. está indeferido.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Se o Deputado Jocelito Canto vai à tribuna e diz que está defendendo o governo, que não acredita que é verdade, não podemos acreditar na verdade do Jornal. Não podemos colocar dúvida com relação aos homens que estão no Palácio Iguazu. O Governador Jaime Lerner está aí, imbuído da maior boa vontade de governar o Estado com decência, com credibilidade e com respeito ao povo do Paraná. Não será uma matéria de um jornalista...

O SR. JOCELITO CANTO - Não é uma, Deputado. São várias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mas é do mesmo Jornal

e todos sabemos a história que tem por trás disso. Portanto, acredito que não podemos colocar em xeque matéria de um determinado Jornal em detrimento à credibilidade, à pessoa do Governador Jaime Lerner.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Seria bom, Deputado Algaci Túlio. Não sei a história que tem por trás disso.

O SR. JOCELITO CANTO - Só gostaria, Senhor Presidente que me assegurasse a palavra para dizer o seguinte: o Deputado Algaci Túlio que é membro da imprensa falada, acho que pensa como eu, radialista também, que quando há um tipo de denúncia nesse sentido, é porque alguém que fez a denúncia, jamais acusaria com tamanha firmeza, sem estar amparado num documento, a ponto de ser criminoso e eu gostaria que o Governador do Estado respondesse ou mandasse processar o proprietário desse jornal.

O SR. ALGACI TÚLIO - Certamente a assessoria jurídica, a Procuradoria do Estado já está tomando providências nesse sentido. Agradeço. Fico sensibilizado pela sua preocupação. Acho que esse é o papel de nós Parlamentares que acreditamos no Governador Jaime Lerner.

O SR. JOCELITO CANTO - Para finalizar, gostaria de deixar este alerta mesmo que o requerimento seja rejeitado. Entendo que o que falei aqui é uma coisa séria, uma coisa preocupante e fico meio chateado quando falam do nosso Governador. Daqui a pouco aparece um jornalista da "Veja", da "Visão" e têm acesso a uma fita de programa de rádio, qualquer coisa, e possa publicar isso sem a gente saber se é verdade ou não.

Então estou preocupado com isso e não gostaria de ver difamado, aqui, o nosso Governador. Como o Presidente é nosso, de todos os Deputados. É claro que não se compara o Presidente Anibal Khury ao Governador! Nosso Presidente nos recebe, nos atende. Mas trata-se de uma alta autoridade. Como não gostaria de ver em momento algum, e quando me falam por onde ando da Assembléia, do Presidente sempre os defendendo. Porque aqui dentro somos bem tratados, os Deputados são respeitados.

E ao encerrar minhas palavras quero dizer que a denúncia que fiz, aqui, é uma coisa séria. E tenho certeza que, amanhã, esse jornal vai publicar: "Assembléia proíbe presença do Diretor do jornal para explicar". Como no caso do IAPAR que os funcionários saíram daqui e os jornais estamparam no outro dia: "Assembléia do Paraná não deu aumento". Estava estampado no

Jornal "Folha de Londrina". E existe uma matéria escrita num jornal de Londrina por um grande jornalista e este jornalista diz: "Que, aproveitando a passagem do Presidente Fujimori neste País, deveria haver uma intervenção dos Poderes deste País - nas Câmaras, nas Assembléias e na Câmara Federal, porque o povo não agüentava mais os políticos".

E fiquei indignado com isso, quando lá no nosso Partido PSDB, o Presidente levantou e disse contrário a isso. E eu disse para ele que traria à Assembléia este pensamento porque também sou contrário. Porque por trás de se fechar um Congresso, se fechar uma Assembléia ou uma Câmara lá vem a liberdade de imprensa cassada e lá vem, de novo, o regime militar.

Para finalizar queria deixar esta última frase, o que acabei de falar aqui está escrito nas páginas do "Jornal Gazeta do Paraná" através do seu Diretor Marcos Formiguieri, e que são graves e que esta Assembléia tem que parar para pensar, refletir, analisar. Porque, amanhã, os que não se preocuparem com o hoje não saberão comandar o futuro amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No ano passado por iniciativa do Deputado Ângelo Vanhoni a Bancada do PT apresentou a proposta da constituição de uma Comissão de Direitos Humanos aqui, nesta Casa. O fato que vou relatar diz respeito à necessidade desta Casa ter, realmente, uma Comissão de Direitos Humanos. É um fato muito sério que ocorreu em nossa cidade. O Professor Douglas José Gomes no dia 17 de fevereiro, deste ano, foi até o Shopping Mueller da nossa cidade para encontrar-se com sua esposa. Chegando lá não a encontrou. E, enquanto procurava, foi retido por 3 seguranças daquele Shopping e conduzido numa das salas internas onde foi colocado de joelhos e espancado por cerca de três ou quatro seguranças do Shopping Mueller, sob acusação de que lá dentro observava uma moça com minissaia.

Senhores Deputados, nem polícia, nem ninguém tem direito a espancar qualquer criminoso que seja, muito menos seguranças tocar a mão, serviço de segurança privado tocar a mão num cidadão e espancá-lo. Saindo daquele Shopping encontrou ele um policial militar que o conduziu até a delegacia aonde foi pedido um exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Antes de ir ao Instituto Médico Legal, o Professor Douglas José Gomes teve que ser condu-

zido ao Hospital Evangélico da nossa cidade para atendimento médico e lá foi feita a suspeita de contusão cerebral e foi feito inclusive vários Raio X, tamanha foi a violência a que ele foi submetido. Dois dias após, o Instituto Médico Legal dá o parecer: escoriação de formato irregular, medindo um centímetro na sua maior extensão localizado no lado superior, equimose de formato irregular medindo quatro centímetros na sua maior extensão localizado no terço superior do braço esquerdo, equimose de formato irregular medindo três centímetros na sua extensão localizado no flanco esquerdo, ou seja, região do rim.

Foi registrado queixa na Delegacia de Polícia e queremos e exigimos que a delegacia de polícia apure todas as responsabilidades e pässe a existir justiça neste País para coibir este tipo de violência por parte de seguranças privados de comerciantes da nossa cidade, no caso a direção do Shopping Mueller de nossa Capital. É necessário que este Parlamento vote o projeto que está tramitando da Comissão de Direitos Humanos para que este Parlamento possa se envolver neste tipo de agressão física e manifestar-se politicamente e tomar posição.

O Professor Douglas, vítima de violência, está afastado da escola, da sala de aula, porque estas relatadas são as violências físicas. Psicologicamente está comprometido e ontem foi encaminhado por um psiquiatra para atendimento psicológico. Uma violência física que acarreta danos morais e danos psicológicos a um cidadão que foi levar seus filhos, segundo sua declaração ontem para mim, no Shopping Mueller para que eles fossem no playground daquele Shopping para poder se divertir num sábado de carnaval.

Sei que este pronunciamento chegará ao conhecimento da administração do Shopping Mueller e exigimos respostas eficientes e concretas. Deve ser punido administrativamente, devem ser punidos administrativamente esses seguranças e esperamos que se faça justiça, que a polícia civil conduza o inquérito, isento, e que nós temos inclusive o nome daqueles que o espancaram e que eu posso, se assim for necessário, dizê-los publicamente porque não há problema, porque já estão constatando na polícia civil. Sabem-se quem foram os responsáveis, tem que punir, não se pode permitir em final de século XX que um cidadão por estar simplesmente vestido, por ser um cidadão humilde, seja levantado suspeitas de que ele vá roubar ou qualquer outro tipo de suspeita. Se tem suspeita faça a denúncia no órgão específico, mas não se faça justiça, como desejaram eles, com as próprias mãos, cometendo um crime, ao invés de ser justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB
(Declina).

PDT. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Enquanto lembro, Sr. Presidente, que está na Ordem do Dia a votação de uma comissão de direitos humanos do Estado do Paraná, gostaria que V.Exa. solicitasse à Mesa que nos informasse posteriormente, porque recorro que existe uma lei de minha autoria inclusive, que criou a Comissão Permanente de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa, e essa comissão não existe mais na relação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai tomar as devidas providências.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna para poder concluir o meu pensamento, o meu raciocínio quando debatia com o Deputado Romanelli.

Sr. Presidente, é costume do Deputado Romanelli de que quando alguém está falando, não sei qual o motivo, mas ele tem por costume não deixar esse cidadão, esse Deputado, o Deputado que está se pronunciando falar. Não sei se isso é falta de educação ou falta de ética parlamentar aqui nesse Plenário. Trago e gostaria de deixar o meu pronunciamento para amanhã porque temos aqui uma votação importante a pedido do Deputado Edno Guimarães, mas tenho visto e vi na televisão e tenho visto esse Deputado subir à tribuna e falar tantas abobrinhas, tanta coisa, e nada de concreto tem vindo a esta Casa para que este Parlamento que é um Parlamento sério, possa fazer um levantamento e investigar a situação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Gostaria que o Deputado Rossoni, que me pediu um aparte e gentilmente cedi, quando fosse à tribuna e pronunciasse o meu nome, o fizesse com respeito. V.Exa. tem que me tratar aqui dentro dessa Casa com respeito, porque é assim que o Regimento Interno prevê, e Sua Exa. o Sr. Presidente, se pudesse aplicar o Regimento Interno nas palavras do Deputado Rossoni, ficaria imensamente grato a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Existe um velho ditado que diz: "Só é respeitado quem respeita", e tenho por costume na minha vida ser um homem que respeita os homens, mas não posso de forma nenhuma, vou lhe dar o tratamento de parlamentar, mas não

posso respeitar um Parlamentar que fica desonrando um homem chamado Jaime Lerner, que tem, o respeito dessa Nação.

Não sei se V.Exa. sobe para satisfazer o seu ódio ou o seu desespero por estar longe da caixa e do cofre do governo mas alguma coisa está acontecendo porque V.Exa. em nenhum momento veio a esta Casa fazer uma denúncia fundada, uma denúncia com provas e isto é um absurdo este Parlamento estar admitindo.

Vou voltar a este assunto numa próxima oportunidade porque quero respeitar o meu Deputado e meu companheiro Edno Guimarães e outros Deputados que tem interesse num veto e depois têm outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 011/96, subscrito pelos Srs. Deputados Ângelo Vannoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Doutor Rosinha, na qualidade de membros do PT, constante do expediente, informando o nome dos Srs. Deputados que irão assumir a Liderança e a vice-Liderança do Partido. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, comunicando que o Sr. Deputado Toti Colaço, foi eleito como Líder do PMDB, para o ano de 1996. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que denomina Rodovia Deputado José Alves a Rodovia PR-317, ligando Maringá a Santo Inácio. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.P.T.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, o Substitutivo Geral.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo e Péricles Mello, que altera a redação ao Art. 3º da Lei nº 11.070, de 6/03/95, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Tureck, Miltinho Puppio e Marquinhos Alves, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 156/95

O art. 1º, da Disposição Transitória, do Projeto de Lei nº 156/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a OAB/PR, o Ministério Público, a Associação dos Municípios do Paraná e as Organizações Não-Governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos terão o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da data de publicação desta lei, para, junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, fazer a indicação de seus representantes, titulares e suplentes, no COPED."

Sala das Sessões, em 05.03.96.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio: Nelson Tureck, Miltinho Puppio e Marquinhos Alves.

JUSTIFICATIVA:

A medida em que a redação original obriga o Poder Executivo a realizar uma conferência sobre Direitos Humanos, gera despesa e é, portanto, inconstitucional.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Edno Guimarães, Nereu Moura e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 036/95 e 09/96, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Não entendi, qual é a comunicação do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicita votação em bloco das Proposições 36/95 e 09/96, constantes da Ordem do Dia da Sessão de hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, com relação ao item 3 da Ordem do Dia? Saiu com Emenda? OK.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Requerimento, vai se proceder à votação.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 036/95, do Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 129/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, conforme específica. Com Relatório da CCJ., considerando Veto em condições de ser apreciado em Plenário.

Ofício/CTL/SEEG nº 188/95

Curitiba, 30 de outubro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 191/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 129/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, integrada pelos Municípios de Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Guaraniaçu, Virmond, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Saudade do Iguaçu, Sulina, Marquinho e Espigão Alto.

O não acolhimento do Projeto de Lei em referência decorre de parecer expedido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, por mim ramificado, o qual, considerando a medida oportuna e contrária aos superiores interesses da Administração assevera:

"A proposta de criação da chamada Região Administrativa "Médio Centro-Oeste do Paraná", envolvendo os Municípios de Quedas do Iguaçu, Virmond, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Saudade do Iguaçu, Sulina, Marquinho e Espigão Alto tendo como sede Laranjeiras do Sul, retoma a visão de planejamento passado, não coadunante com entendimento macro atual, sobre o qual nos reportamos com os seguintes entendimentos:

1 - Em conformidade da Lei 8.485 de 03 de junho de 1987, nos seus artigos 81 a 84, tal matéria, deveria ser de iniciativa e proposta do Poder Executivo, pois envolve uma programação administrativa com conseqüente planejamento e comprometimento orçamentário;

2 - A atual gestão tem como visão estrutural, o planejamento através do chamado "Anel de Integração", que objetiva não só integrar interiorizando a gestão governamental, mas disponibilizando de forma radial um desenvolvimento estratégico, através de eixos estruturantes formado pelo polígono entre as já conhecidas Capitais do Interior - Ponta Grossa, Guarapuaça, Cascavel, Maringá e Londrina;

3 - Esta coordenadoria, tendo em vista as dificuldades do momento, e também não vendo incompatibilidade entre os diversos enfoques de planejamento, houve por bem aceitar a estrutura até então existente face à alta complexidade de implantação de qualquer modificação. Assim sendo, ficamos receosos com a proliferação de novas Regiões Administrativas sem a previsão dos devidos recursos para sua implantação.

Face ao exposto, somos de parecer da inoportunidade momentânea da criação de mais esta Região Administrativa sem termos tido a oportunidade de complementarmos os primeiros estudos de avaliação no impacto da implantação do "Anel de Integração" como visão de planejamento integrado no globo do Estado e seus conseqüentes reflexos."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 129/95, encontrado-se publicado no D.A. n° 39/95, de 25.04.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

Ao Veto Governamental

Proposição n° 036/95

Projeto de Lei n° 129/95

Autoria Dep. ORLANDO PESSUTI e outros.

O projeto de em tela versa sobre a criação da Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná".

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 27.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 09/96, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 283/95 de autoria do Deputado Edno Guimarães, que cria a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/CTL/SEG n° 012/96

Curitiba, 17 de janeiro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 150/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n° 283/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, integrada pelos Municípios de Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, São Manoel do Paraná, Tuneiras do Oeste e Tapejara.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de parecer expedido pelo órgão próprio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral que, considerando a medida inoportuna e contrária aos superiores interesses da Administração, assevera:

"O presente Projeto de Lei Complementar n° 283/95, proposto pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cria a chamada Região Administrativa "Médio Noroeste do Estado do Paraná", envolvendo os Municípios de Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, São Manoel do Paraná, Tuneiras do Oeste e Tapejara, tendo como sede Cianorte.

O referido projeto retoma a visão e filosofia de planejamento de governos passados, não se coadunando com o entendimen-

to do macro planejamento atual, sobre o qual nos reportamos com as seguintes ponderações:

1. Em conformidade com a Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, nos seus artigos 81 e 84, que dispõe sobre a Regionalização Administrativa e Descentralização do Processo Decisório, tal matéria deve ser de iniciativa e proposta do Poder Executivo, por envolver uma programação administrativa com conseqüente planejamento e comprometimento orçamentário.

2. A atual gestão tem como visão estrutural o planejamento através do chamado "Anel de Integração", que objetiva não só integrar interiorizando a gestão governamental, mas disponibilizando, de forma radial, um desenvolvimento estratégico, por meios de eixos estruturantes, formado pelo polígono entre as já conhecidas Capitais do Interior; Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Maringá e Londrina.

3. Por razões de ordem administrativa e face à complexidade de implantação de qualquer modificação ao atual modelo, neste momento, esta Coordenadoria, não vendo incompatibilidade entre os diversos enfoques de planejamento, houve por bem aceitar a estrutura até então existente.

Assim sendo, firmamo-nos, sob o aspecto técnico, pela manutenção dos critérios até então adotados, não recomendando a proliferação de novas Regiões Administrativas, sem a previsão dos devidos recursos para sua implantação.

Face ao exposto, somos de parecer da "inoportunidade momentânea" da criação de mais esta Região Administrativa, até a conclusão dos primeiros estudos de avaliação do impacto da implantação do "Anel de Integração", como visão de planejamento integrado no Estado e seus conseqüentes reflexos".

Esses os motivos do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício.

(O Proj. de Lei n° 283/95 encontra-se publicado no DA n° 90/95, de 07.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO N° 09/96

P A R E C E R :

Analisando a matéria em epígrafe quanto ao seu aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa, não encontrando óbice à sua tramitação, posto que o Veto foi recebido pelo Presidente da Casa no dia 17 de janeiro e pela CCJ no dia 31 de janeiro do corrente ano, enquanto o prazo para apreciação do Veto não pode ser computado em face do que prescrevem as

Constituições Federal e Estadual, assim como o Regimento Interno.

Contudo, a exposição de motivos do Veto é contraditória, posto que embasada na contrariedade ao interesse público, enquanto encontramos no bojo dessa argumentação a alegação de que "tal matéria deve ser de iniciativa e proposta do Poder Executivo, por envolver uma programação administrativa com conseqüente planejamento e comprometimento orçamentário", o que tornaria o projeto em exame inconstitucional.

Isto posto, sem perquirir sobre o mérito da questão, exaramos nosso parecer favorável à tramitação do Veto n° 09/96, oposto ao Projeto de Lei Complementar n° 283/95.

Sala das Comissões, em 27.02.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, uma questão de Ordem. Eu gostaria, Presidente de comunicar aos Parlamentares de que num entendimento com o Governador, vamos proceder a liberação das bancadas aliadas ao Governo, para que cada um vote de acordo com o seu interesse na questão dos dois vetos. Não há posição fechada do Governo em manter o veto. Fica a critério dos senhores parlamentares, com interesse nas suas regiões para que mantenham ou derrubem o veto. Mas o governador me faz portador desta informação, dizendo de que as bancadas aliadas ao governo estão liberadas da forma que entenderem na votação dos dois Vetos.

O SR. CAÍTO QUITANA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente. Gostaria apenas de registrar uma solicitação a V.Exa.. Eu acho que é anti-regimental e seguramente fora do processo legislativo o procedimento que passamos adotar na Assembléia, de um parlamentar requerer votação de bloco em conjunto. Nesse aqui, até quase se justifica porque são duas regiões administrativas, embora com caráter diferente; eu pediria aos demais líderes de Partidos que nos auxiliassem nisso. Não é possível a Assembléia passar a votar assuntos diferentes como já votou no passado, em conjunto no mesmo bloco. Só o que falta é requerer daqui a pouco que vote Ordem do Dia em votação única.

Então que a Presidência não deferisse requerimentos futuros que peçam votação de bloco em conjunto que os assuntos são diferentes e daqui há pouco, a gente é a favor de derrubar um veto e de manter outro e se vê obrigado a derrubar ou manter os dois.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos os deputados que participaram da legislatura anterior deve lembrar que o Deputado Nereu Moura apresentou projeto que criava a região administrativa da Cantuquiriguaçu.

Naquela ocasião me posicionei contrariamente ao Projeto, por uma única razão: no Projeto o deputado retirava a grande maioria dos municípios que são circunvizinhos de Guarapuava, deixando Guarapuava isolado, e assumi um compromisso, com o Deputado Nereu Moura naquela ocasião, e também com toda a região de Laranjeiras do Sul, de que se o deputado reapresentasse o projeto, mudando os Municípios que fariam parte desse projeto, teriam meu total apoio. Sou um dos autores do projeto, quero deixar registrado nesta Casa, o meu apoio e o meu pedido para todos os Deputados da bancada do PSDB para votarem pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que forem favoráveis na manutenção do veto, deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão sim. Os contrários a manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão não.

Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados, para que em escrutínio secreto manifestem o seu voto.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Questão de ordem, Senhor Presidente.

Que fosse mais uma vez bem anotado para que os Deputados não votassem errado, quem votar para derrubar o veto que vote não, deixa a cédula de sim de lado hoje; hoje vai ser unanimidade ou não?

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Convoco os Deputados Pessuti, Nereu Moura, Edno Guimarães, Colombo, Rossoni, Nelson Justus e Algaci Túlio, a fazer parte da mesa escrutinadora dos votos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas uma ressalva, porque certamente vamos discutir isso na Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná para ver se isso é possível, se é normal. Vejo no Projeto de Lei nº 129/95, criando a região administrativa do Meio Centro-Oeste do Paraná, onde constam os Municípios de Saudade do Iguaçu e de Sulina, que pertencem à região Sudoeste do Paraná, depois do rio Iguaçu.

Portanto votei favoravelmente à derrubada do Veto, mas pretendo analisar isso na região Sudoeste, porque não é possível que uma região seja diminuída em favor de outra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotada e a sua justificativa é válida e posteriormente será analisada por esta Casa num novo projeto de lei.

Votaram 51 Senhores Deputados.

Resultado: pela manutenção do Veto, 3 senhores deputados. Pela rejeição e derrubada do Veto, 47 senhores deputados e 1 voto em branco. Consequentemente derrubando o Veto e aprovando o projeto.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Presidente, há sobre a mesa inúmeros requerimentos da minha autoria e em acordo com o líder do Governo solicito de V.Exa. adiantamento da votação desses Requerimentos, todos para a Sessão de segunda-feira.

Como autor dos requerimentos eu requeiro isso: que votem todos na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente acatado pela Mesa. Votarão na segunda-feira os requerimentos do Dr. Rosinha.

Sobre a mesa, requerimento nº 166, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 185, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 157, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 169, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 170, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 173, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 179, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 184, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto e da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do ex-

pediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 158, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. - Ao Senhor deputado autor, para formular novo requerimento.

Discussão adiada e nós devolvemos ao autor, o Senhor Luiz Cláudio Romanelli. De acordo com o Departamento Legislativo nós não temos condições de requerer à Fundação COPEL as informações solicitadas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

A Fundação COPEL é uma entidade pública, um fundo de pensão ligado a uma empresa pública, uma empresa estatal que é a Companhia Paranaense de Energia.

Muito bem. Como há recursos públicos na Fundação COPEL quem indica inclusive o Presidente da Fundação COPEL é a Diretoria da COPEL, então por extensão eu não tenho a menor dúvida no meu entendimento que a Fundação COPEL deve, sim, esclarecimentos a esta Casa, porque é recurso público que está posto ali e a direção da Fundação é por indicação da Direção da COPEL.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente entendido, só que a direção do requerimento deverá ser o Secretário da Administração Dr. Reinold Stephanes Junior, de acordo com a assessoria da Mesa, coisa que virá realmente o seu pedido a

ser aprovado e encaminhado, se a Casa assim bem o entender.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Eu pediria a V.Exa., então, nesse próprio requerimento já colocasse e votação agora, substituisse onde diz Fundação COPEL ao Secretário de Estado e Administração. E já colocasse em votação o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Discussão a emenda no Requerimento dirigido mudando.

A Mesa entende o seguinte: o ilustre deputado formaliza um novo requerimento e amanhã discutiremos o requerimento dentro daquilo que realmente é o interesse do deputado e nosso também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/95.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 434 e 435/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 007, 013, 105, 152 e 201/95.

Levanta-se a sessão.